



# Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1991.

ANO XVII

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA-DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Durval Amaral, Elio Rusch, José Alves, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino e Renato Adur (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 49/91

Senhor Presidente.

Quero justificar à Mesa desta Casa de Leis, a ausência do companheiro Ovídio Constantino, componente de nossa Bancada, na Sessão Ordinária de hoje (18 de novembro) em função de sua participação no de-

bate anti Pena de Morte, em Foz do Iguaçu, com a presença do Jurista e Deputado Federal Hélio Bicudo.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) ERNANI PUDELL.

OFÍCIO Nº 375/91

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho pelo presente comunicar a Vossa Excelência o meu retorno às atividades Legislativas, das quais estive afastado por um período de 30 dias (conforme atestado anexo), por ter sido submetido a Cirurgia.

Aproveito a oportunidade para colocar o meu serviço à inteira disposição desta Presidência, bem como registro o meu agradecimento pela compreensão demonstrada, além de renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) EURIDES MOURA.

## ATESTADO

Para fins de trabalho atesto que o Sr. Eurides Moura, encontra-se sob meus cuidados, não tendo condições de desempenhar suas atividades laborativas, por 30 dias. Hernia Incisional.

Rolândia, 21 de outubro de 1991

Atenciosamente,

Dr. Júlio Braz S. Damasceno

CRM 3651 - CPF 268215167-15

Médico

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 488/91 (Mensagem nº 106/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000,00 ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Londrina, para atender despesas com estagiários do programa PRO-EGRESSO.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO Nº 3090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-

nário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 516/91 (Mensagem nº 120/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de 116.010.000,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) JOSÉ TAVARES.

#### REQUERIMENTO Nº 3091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 517/91 (Mensagem nº 118/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) JOSÉ TAVARES.

#### REQUERIMENTO Nº 3083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o cancelamento do Regime de Urgência e o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do projeto de Lei nº 232/91 (item 13), de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria o Corpo da Guarda Escolar (Segurança das Escolas Estaduais).

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) EURIDES MOURA.

Apoio: Nelson Garcia.

#### REQUERIMENTO Nº 3095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário adiamento de discussão e votação do Projeto de Lei nº 181/91, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) DOUTOR ROSINHA.

#### REQUERIMENTO Nº 3094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o cancelamento do regime de urgência e o adiamento por (5) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 475/91 (item 18), de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que estende aos alunos de estabelecimentos particulares de ensino os direitos da Lei

nº 7.102, de 15.01.79.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) DODRANDINO DA SILVA.

Apoio: Nelson Garcia.

#### REQUERIMENTO Nº 3078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 18.11.91

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI.

#### REQUERIMENTO Nº 3082

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja designada a data de 05 de dezembro próximo vindouro para realização de Sessão Solene para outorga do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao excelentíssimo Senhor Professor Doutor Ruy Noronha de Miranda, conforme o disposto na Lei Estadual nº 9683, de 05 de setembro de 1991.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) ALGACI TULIO.

#### REQUERIMENTO Nº 3092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor AlBERTO Pazuk, ocorrido em Sto. Antonio do Sudoeste, solicito ainda que se dê conhecimento à viúva, Senhora Carmelina Pazuk, residente na Linha Valdomera em Sto. Antonio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

#### REQUERIMENTO Nº 3093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário votos de congratulações pela posse da Diretoria eleita, gestão 1991/93, realizada no dia 11 de novembro do corrente, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de votos de louvor, ao Excelentíssimo Senhor REINALDO JOSE RODRIGUES DOS SANTOS, Digníssimo Superintendente da Suceam.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação, Senhor Presidente, prende-se ao fato dos relevantes trabalhos prestados à população paranaense, através da Suceam, bem como, tratar-se de pessoa de elevada competência, lealdade além da permanência no cargo, que exerce desde o Governo anterior. Diante do acima exposto, rogo ao nobre Presidente desta Casa de Leis, que seja dada ciência ao homenageado.

**REQUERIMENTO N° 3071**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal IZIDORO DALCHIAVON, Vereador Manoel A. de Almeida, Ver. Antenor M. Vargas, Ver. Sebastião Brandoli Chaves, Ver. Oliveira Chaves, Ver. José Farrapo, Ver. Valdir José Pegoraro, Ver. Horst Harry-Schmidt, Ver. Elidio Zimmermann de Moraes e Vereadora Marlene L. Grassi, Senhor Wilson Estevão Boldari, Sr. Francisco Amilton Dias, Sr. Jacir Braga, Sr. Antoninho Telpizov, Sr. Genésio Boldari, Sr. Otacílio Vieira Ferreira, Sr. Augustinho Rogério Albino, Sr. Antonio Edvino Ribas, Sr. Oliveira Machado, Sr. Luiz Antonio Lorenzoni, Sr. Valdomiro Ferreira da Silva, Sr. Alfredo Tonol Pain, Sr. Valmor Martins Reis, Sr. Miguel Aguiar, todos de Manguaerinha, bem como ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Max Rosemann, Brasília, às Rádios: Rádio Voz do Sudoeste Ltda de Coronel Vivida, Rádio Clube de Palmas - Palmas, Rádio Celinauta de Pato Branco, para que recebam e transmitam a toda a população do novo Município de Honório Serpa, o contentamento deste Deputado pela maneira democrática e festiva como transcorreu o plebiscito realizado no último dia 10.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

O Plebiscito realizado no último dia 10 para que a população decidisse sobre a emancipação política de Honório Serpa, fundamentou-se essencialmente nas aspirações de há muito pela população daquele próspero Distrito que em face do resultado do Plebiscito, será transformado em município com a eleição municipal do próximo ano.

A emancipação política de Honório Serpa, irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os

setores da atividade sócio-econômica daquela próspera região sudoestina.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de Honório Serpa, serão potencializados quando da instalação do novo Município, dando a este condição de poder melhor decidir sobre seu futuro, que ali já se vê estruturado com núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços administrativos de acordo com os interesses daquela comunidade.

**REQUERIMENTO N° 3075**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente oficial, congratulando e agradecendo, o Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão, e o Presidente da Telepar, Dr. Paulo Cordeiro, pela Instalação de Telefones Comunitários nas Escolas Estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) EURIDES MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme requerimento, apresentado e aprovado na sessão do dia 13 de novembro, desta Casa, onde solicitávamos a elaboração de estudos, projetos e instalação de telefones públicos nos estabelecimentos escolares do Estado do Paraná, com satisfação fomos informados do lançamento do programa de Instalação de Telefones Comunitários nas escolas paranaenses. Esta resposta da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR e da Secretaria de Estado da Educação, demonstra que o Poder Legislativo pode e deve reivindicar em nome da comunidade, colaborando sempre em solucionar com sugestões práticas e possíveis, dificuldades emanadas pela sociedade.

**REQUERIMENTO N° 3076**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Ilustríssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando providências urgentes no sentido de ser procedida a reforma e ampliação do prédio onde funciona a Escola Estadual de Sabáudia, de 1° grau.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola Estadual de Sabáudia onde funciona o 1° grau do currículo escolar, encontra-se em precárias condições de uso e sua capacidade física está esgotada ante a demanda de alunos.

Urge que sejam tomadas medidas para corrigir essa distorção, razão porque apelamos para o alto espírito público do Ilustríssimo Senhor Maurício Requião de Melto e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR.

**REQUERIMENTO N° 3080**

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski, que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Roberto Requião, solicitando a criação e instalação do Corpo de Bombeiros, para a cidade da Lapa-Paraná.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI

**JUSTIFICATIVA:**

Salientamos que a criação, de tão importante corporação, virá beneficiar a todos os habitantes da região, seus distritos, pois tal reivindicação é necessária para a tranquilidade do povo lapeano, o qual sentirá maior segurança em seus lares. Há uma sucessão de incêndios na cidade da Lapa e mesmo na zona rural. Cidade legendaria, pelo heroísmo de seus filhos no "Cerco da Lapa" e salvadora da República em 1894. Hoje patrimônio histórico do Paraná.

Merece o serviço do Corpo de Bombeiros. Confiamos na sensibilidade de sua Excelência o Governador do Estado do Paraná.

**REQUERIMENTO N° 3084**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, Nizan Pereira, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma ambulância para o Município de Rebouças.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do município postulante, melhores condições de atendimento em termos de Saúde Pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 3085**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, Nizan Pereira, solicitando a liberação de

recursos financeiros, para a aquisição de uma ambulância para o Município de Imbituva.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do município postulante, melhores condições de atendimento em termos de Saúde Pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 3086**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, Moacir Favetti, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma viatura policial para o Município de Corumbataí do Sul.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local, haja vista que, os marginais se encontram cada vez mais equipados para o cometimento dos crimes.

Por certo, a Municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 3087**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, Moacir Favetti, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma viatura policial para o Município de Mallet.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do Município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local, haja vista que, os marginais se encontram cada vez mais equipados para o cometimento dos crimes.

Por certo, a Municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 3088**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, Moacir Favetti, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma viatura policial para o Município de Teixeira Soares.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do Município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local, haja vista que, os marginais se encontram cada vez mais equipados para o cometimento dos crimes.

Por certo, a Municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 522/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada como de Utilidade Pública a Associação Lar do Jovem Estudante Luterano - ALAJEL, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) ALGACI TOLIO

PROJETO DE LEI Nº 523/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Pastor João Barbosa de Macedo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Nascido aos cinco dias do mês de agosto do ano de 1920, na Comarca de Tibagi, Estado do Paraná, filho de Celestina Maria da Piedade e Francisco Barbosa de Macedo, tradicional família paranaense, o Pastor João Barbosa de Macedo, é uma personalidade por demais conhecida nos meios religiosos do Estado, principalmente em Maringá, onde desenvolve sua atividade de pregador, de missionário, enfim de um evangélico devotado ao próximo.

Desde a sua mais tenra infância, foi

ensinado nos diversos serviços na fazenda onde residia sua família.

Foi neste local onde pela primeira vez ouviu a leitura da Bíblia Sagrada, procedida por dona Ida, sua tia.

Aos dezoito anos de idade, fez uma decisão pessoal a Cristo, quando assistia a um culto de pregação da Palavra de Deus em uma pequena congregação da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, na cidade de Faxinal de São Sebastião.

Nesse ínterim, apresentou-se para o serviço militar, permanecendo nessa instituição, pela orientação divina, durante vinte e cinco anos.

Foi ali que, através de consecutivas experiências, adquiriu os mais diversos conhecimentos para a principal missão, a qual Deus lhe escolhera, para executar mais tarde.

Transferida a residência para a cidade de Guarapuava, veio a conhecer a Senhorita Agripina Rodrigues Lisboa, com a qual contraiu núpcias, no dia 24 de agosto de 1946.

Decorridos alguns anos de feliz união conjugal, com o nascimento dos primeiros filhos, passou a encarar com mais responsabilidade a sua vida cristã.

Por conseguinte, no dia 16 de novembro de 1952, desceu a águas batismais, em cumprimento do mandado de Cristo, época em que foi agraciado por Deus pela conversão da amada esposa, dona Agripina.

Com a disposição e a voluntariedade que é peculiar a todo o verdadeiro cristão, continuou as suas atividades na seara do Mestre, sendo um dos pioneiros da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, naquele lugar.

Na oportunidade, serviu à mesma como fiel colaborador, desempenhando brilhantemente as funções de tesoureiro e professor da escola Dominical, permanecendo honradamente sem medir esforços até o ano de 1959.

Foi então que, por determinação de seus superiores e orientação divina, transferiu-se para a Capital do Estado, Curitiba.

Não obstante a sua notável atuação no exército, não deixou de participar magnificamente no Ministério da Igreja local, sempre com o auxílio e o encorajamento da abnegada adjutora.

Durante esse espaço de tempo, executou com desvelo e dedicação os seus serviços na importante comunidade, de sorte que desempenhou a árdua função de chefe de cozinha e refeitório, bem como outras atividades, em diferentes departamentos do referido órgão.

Preparado para o presbiterato no dia 12 de junho de 1968, ingressou no Abrigo Esperança, entidade filantrópica vinculada

à Convenção Estadual na qualidade de auxiliar administrativo, além de acumular as funções de conselheiro da mocidade, tesoureiro, chegou a ocupar a posição de vice-presidente do campo de Curitiba.

Logo, sentindo uma ardente chama do Espírito em seu coração em prosseguir nesta maravilhosa carreira por Deus proposta, decidiu dedicar mais do seu tempo na obra de Deus, pedindo, então, a sua transferência para a reserva.

A partir desse momento, passou a trabalhar integralmente na obra de Deus, sendo que, no dia 11 de junho de 1974, foi consagrado a Pastor, assumindo a direção administrativa do Abrigo Esperança, e ainda a tesouraria da Convenção Estadual dos Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus do Paraná.

Todavia, no ano de 1977, Deus volta a requerer-lhe algo mais importante em sua vida.

Agora seria a vez de assumir a presidência de um grande campo de trabalho, na imensa seara de Cristo.

Na oportunidade, o Pastor Ivo Luiz de Souza deixava o campo de Maringá para assumir a direção de outro, na cidade de Londrina.

Dessa forma, a igreja de Maringá ficou à disposição da Convenção Estadual que, após diversas reuniões consecutivas, foi sugerido a pessoa do Pastor João Barbosa de Macedo para assumir o referido trabalho.

Consultado pela Diretoria da Convenção Estadual, solicitou por parte do ministério local uma apreciação quanto a possível aceitação do seu nome para tal responsabilidade, chegando mesmo a fazer uma prova em Deus, que se houvesse mais de três pessoas de parecer desfavorável, o mesmo não aceitaria a honrada incumbência.

Assim sendo, o ministério foi unânime em aceitá-lo. Foi assim que, em meados do mesmo ano, realmente convicto de que essa seria a suprema vontade do Senhor, deixou parte da família na cidade de Curitiba, deslocando-se para Maringá, ao mesmo tempo em que assumia a presidência deste campo, no dia 1º de maio de 1977.

Desde então, vem proficuamente desenvolvendo um autêntico e honroso trabalho, tendo executado no decorrer destes treze anos diversas construções, bem como dispensado total apoio à obra de evangelização e a todos os órgãos desta Igreja.

Tem ainda este valoroso soldado de Cristo prestado relevantes serviços junto à Diretoria da Convenção Estadual, da qual é membro ativo, além de desempenhar con dignamente a sua função de pregador da Palavra de Deus, não somente aqui, mas também nos diferentes campos do nosso Estado. Hoje, com 70 anos de idade, 43 anos de fe-

liz união conjugal, 22 anos de ministério, possui 11 filhos, 18 netos, 4 noras e 05 genros.

A justificativa demonstra ser o homenageado digno do reconhecimento da comunidade, onde a todos tem levado a palavra de Cristo, o conforto da fé e a esperança em Deus.

A este denodado servo de Deus, queremos externar nossa sincera homenagem e gratidão, em nome de todo o corpo ministerial e da Igreja sob o seu pastorado, anelando que as ricas bênçãos do céu e a direção do Espírito Santo de Deus, sejam abundantes sobre a sua vida.

PROJETO DE LEI Nº 524/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Ministro Alcení Angelo Guerra.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

"Não adianta me patrulhar porque eu vou exercer, aqui, o meu papel de paranaense.

Vou dar ao Paraná o que ele tem direito".

Alcení Guerra em entrevista ao Jogo da Verdade, publicada no "Correio de Notícias", em 03 de novembro de 1991.

O cidadão que pretendemos homenagear, autor da frase transcrita acima, nasceu no Rio Grande do Sul, em Soledade, no dia 11 de julho de 1945, apesar de muitos o considerarem, até, paranaense de nascimento.

Acontece que desde menino a vida de Alcení Angelo Guerra está ligada com o Paraná. Pequeno ainda, veio residir em nosso Estado. A família de Prosdócimo e Adede Fumagalli escolheu a cidade de Pato Branco para criar seus oito filhos, fazendo inicialmente da agricultura a principal fonte de sobrevivência da família.

Alcení Guerra estudou em escolas públicas de Pato Branco, cidade onde cresceu, fazendo grandes amizades, até vir residir na Capital do Estado para cursar medicina na Universidade Federal do Paraná, entre 1968 e 1972. Ato contínuo, realizou curso de pós-graduação em Pediatria, na mesma Universidade, nos anos de 1973 e 1974. Em 1975 foi a Argentina especializar-se no Hospital de Niños da Universidade de Buenos Aires.

Casou-se com a paranaense, da Lapa, Angela Jocélia dos Santos Lima Guerra e voltou, em 1976, a residir em Pato Branco,

sendo que neste mesmo ano já presidiu a Regional da Associação Médica do Paraná, uma vez que começava a trabalhar profissionalmente naquela cidade.

Neste mesmo período, prestou concurso para o INAMPS e, sendo aprovado, começou a trabalhar na agência do referido município. No ano seguinte foi levado a posição de Chefe do Serviço Social de Medicina do INAMPS, na agência da Previdência Social de Pato Branco.

Concomitante foi Diretor Secretário da Cooperativa Agropecuária Guarani Ltda. E, ainda, não esquecia, diretamente, de sua profissão de médico, pois continuava trabalhando como pediatra.

Em 1977, acumulou todos os seus afazeres ao de Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Pato Branco.

Graças às suas atividades no Sudoeste do Paraná, foi chamado em 1979 para a Superintendência Regional do INAMPS no Paraná. Ocupou o cargo até 1982.

Nesse ano de 1982, elegeu-se, pela vez primeira, Deputado Federal, com a expressiva votação de 56.845 votos. No final desse primeiro mandato teve participação ativa no processo de redemocratização do País, como membro fundador do PFL. Em 1986 foi reeleito Deputado Federal, dando inestimável contribuição na elaboração da Carta Magna da Nação.

Com a posse de Fernando Collor foi convidado a exercer o cargo de Ministro de Estado da Saúde. Como titular da pasta, tem enfrentado as mais graves dificuldades do setor, em todos os tempos, alcançando sucesso absoluto em todas as ações. O câncer, por exemplo, que está vitimando centenas de pessoas da América do Sul, foi controlado em nosso País, graças à eficiência no seu combate.

E, como prêmio por sua competência, Alceni Angelo Guerra, recebeu, do Senhor Presidente da República, a incumbência de ser o Ministro Coordenador do Ministério da Criança e Presidente da Comissão Executiva e Conselho Superior do Projeto Minha Gente, sendo o responsável pela implantação dos CIAC's escolas que são a esperança de um Brasil com mais educação e cultura.

Reside, pois, na competente atuação do Ministro Alceni Guerra a esperança de milhões de jovens brasileiros.

Degrau por degraú, o Ministro construiu sua vida de homem público respeitado. Até chegar ao Ministério da Saúde trabalhou em diversos órgãos ligados ao setor, participando, coordenando e implantando projetos e atividades, visando a melhoria de atendimento para a população. Assim, foi como membro do grupo de trabalho formado para reorganizar a saúde no Estado do Paraná em 1980. Continuou quando

coordenou a equipe do INAMPS que criou e implantou em Curitiba o Plano de Regionalização e Hierarquização da Assistência Médica Ambulatorial da Previdência Social, depois levado a todas as Capitais de Estado. Ou ainda, quando foi Presidente da Comissão de Avaliação do Sistema de Assistência Médico-Hospitalar, que desencadeou no Novo Plano de Custas Médicas, levado a efeito em Curitiba e expandido a todos os demais Estados.

Ora, com seu trabalho, Alceni Guerra sempre levou o Paraná a ser pioneiro no Brasil em mudanças estruturais necessárias.

Politicamente, sempre possuiu excelentes relações com companheiros de partido e membros de agremiações irmãs. Foi Vice-Presidente e Presidente do PFL do Paraná. Vice-Líder de sua bancada na Câmara dos Deputados.

Por sua atuação de homem de bem, já recebeu inúmeras homenagens. Não resta dúvida, pois, que quando os paranaenses outorgaram mandatos eletivos a Alceni Angelo Guerra, o tornaram, ao mesmo tempo, um Cidadão Honorário deste Estado. Recebeu, do povo, uma preocupação para agir em seu nome.

Agora, chegou o momento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, usando de suas prerrogativas, acolher com o Título de Cidadão Benemérito, essa pessoa que há muito está integrado em nosso meio, falando como paranaense, orgulhando este Estado e honrando as maiores tradições do Paraná.

#### CURRICULUM VITAE

Alceni Guerra

#### ESTUDOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS

Curso: Medicina

Entidade: Universidade Federal do Paraná

Local: Curitiba-PR

Período: 1968 a 1972

Curso: Pós-Graduação em Pediatria

Entidade: Universidade Federal do Paraná

Local: Curitiba-PR

Período: 1973/1974

Curso: Aperfeiçoamento em Crescimento e Desenvolvimento

Entidade: Hospital de Niños da Universidade de Buenos Aires

Local: Buenos Aires - Argentina

Período: 1975

#### DADOS PESSOAIS

- Nome: ALCENI ANGELO GUERRA

- Data de nascimento: 11 de julho de 1945

- Naturalidade: Soledade/RS

- Filiação: Prosdócimo Guerra e Adede Fumagalli Guerra



- Estado civil: Casado
- Cônjuge: Angela Jocélia Pacheco dos Santos Lima Guerra

#### CARGOS EXERCIDOS

- Chefe dos Médicos Residentes do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba-PR, em 1974;
- Presidente da Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco, em 1976;
- Médico-Pediatra Concursado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, lotado na Agência de Pato Branco-PR, desde 1975;
- Chefe do Serviço de Medicina Social do INAMPS, Agência da Previdência Social, Pato Branco-PR, no período de 1976 a 1979;
- Diretor-Secretário da Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda., de Pato Branco-PR, no período de 1977 a 1979;
- Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR, no período de 1977 a 1979;
- Superintendente Regional do INAMPS no Estado do Paraná, Curitiba-PR, no período de 1979 a 1982;
- Deputado Federal eleito pelo PDS-Paraná, com 56.845 votos, majoritariamente do Sudoeste do Estado - Eleição de 1982;
- Deputado Federal eleito pelo PFL-Paraná, com 47.857 votos, majoritariamente no Sudoeste do Estado - Eleição de 1986;
- Ministro de Estado da Saúde;
- Ministro Coordenador do Ministro da Criança;
- Presidente da Comissão Executiva e Conselho Superior - Projeto Minha Gente.

#### OUTRAS ATIVIDADES

- Membro do Grupo de Trabalho para Reorganização da Saúde no Estado do Paraná - Curitiba-PR, em 1980;
- Coordenador da equipe do INAMPS-PR que criou e implantou em Curitiba o Plano de Regionalização e Hierarquização da Assistência Médica Ambulatorial da Previdência Social, denominado Plano CONASP, implantado em todas as Capitais de Estado e no interior do Paraná, em 1980;
- Presidente da Comissão de Avaliação e Implantação do Sistema de Assistência Médica Hospitalar da Previdência Social (Novo Plano de Contas Médicas - AIH), implantado experimentalmente no Estado do Paraná e hoje expandido a todos os Estados, de 1980 a 1982;
- Membro efetivo da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, de 1983 a 1984;
- Membro fundador do Partido da Frente Liberal - PFL, a partir de 1984;
- Membro suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, de 1983 a 1987;
- Relator da Comissão Parlamentar de In-

quérito da Câmara dos Deputados que apura as irregularidades ocorridas na Previdência Social, desde 1985;

- Conselheiro da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social do Paraná - Curitiba-PR, no período de 1979 a 1982;
- Vice-Presidente do Partido da Frente Liberal do Estado do Paraná, no período de 1986 a 1987;
- Vice-Líder do Partido da Frente Liberal - Câmara dos Deputados, 1987;
- Suplente da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Assembleia Nacional Constituinte, em 1987;
- Relator da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social, Assembleia Nacional Constituinte, no período de 1987 a 1988;
- Titular da Comissão de Sistematização, Assembleia Nacional Constituinte, no período de 1987 a 1988;
- Membro da Comissão de Saúde - Câmara dos Deputados, no período de 1988 a 1989;
- Vice-Líder do Partido da Frente Liberal - Câmara dos Deputados, no período de 1988 a 1989;
- Presidente do Partido da Frente Liberal - Regional do Estado do Paraná, no período de 1988 a 1989;
- Coordenador Nacional de Fiscalização da Campanha de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, em 1989.

#### CONDECORAÇÕES

- Diploma de Ordem ao Mérito - Votação Favorável Emenda Dante de Oliveira - "Diretas Já". Câmara Municipal de São José dos Campos/SP - 25.06.84.
- Diploma de Cidadania - Participação Campanha da Constituinte 86 - Assembleia Nacional Constituinte - 01.02.87
- Título de Cidadão Iguauano - Membro Fundador do Estado de Iguazu - Cascavel - 1988
- Título de Personalidade AECIC - Associação das Empresas da Cidade de Curitiba - Curitiba/PR - 01.06.90
- Diploma Gran Cruz de La Orden del Condor de Los Andes - La Paz - Bolívia - 10.08.90
- Ordem do Mérito das Misericórdias - 15.08.90
- Medalha do Mérito Militar - Grau Grande Oficial - 25.08.90
- Medalha do Mérito Aeronáutico - Grau Grande Oficial - 12.09.90
- Medalha do Mérito Ferroviário - Rio de Janeiro/RJ - 30.09.90
- Medalha do Centenário de Criação da Corte de Contas - Tribunal de Contas da União - 07.11.90
- Medalha Gran Cruz da Ordem do Mérito da Bahia - Salvador/BA - 28.02.91



- Título de Vice-Presidente Honorário - da Academia Nacional de Medicina - Rio de Janeiro/RJ - 24.06.91
- Medalha de homenagem - Academia Nacional de Medicina - I Congresso Nacional à Saúde do Adolescente - Rio de Janeiro/RJ - 24 a 27.06.91
- Medalha do Mérito das Forças Armadas - Grau Grande Oficial - 25.07.91
- Título de Cidadão Honorário de Betim/MG - 08.08.91
- Medalha Paul Harris Fellow - Título de Companheiro - The Rotary Foundation of Rotary Internacional - Reconhecimento Prestação de Serviços
- Medalha Gran Cruz - La Union es La Fuerza - MCMXXV
- Título de Sócio Honorário e Benemérito, da Sociedade Amigos do Hospital do Andaraí - Rio de Janeiro/RJ

## CERTIFICADOS

- Certificado de participação no XXII Encontro Nacional de Vereadores - Brasília/DF - 17 a 21.08.85. Tema: O Vereador na Constituinte.
- Certificado de Municipalista do Brasil - II Congresso Municipalista do Brasil - Brasília/DF - 30.04.87.
- Certificado de participação, na qualidade de Fundador e Provedor Geral - 1ª Jornada dos Assuntos de Integração Comunitária da Zona Oeste do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/RJ - 11.12.87.
- Diploma Comemorativo do Centenário de nascimento do Cardeal Arcebispo Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos - Espírito de União Familiar - Rio de Janeiro/RJ - 26.09.90.
- Certificado de contribuição ao Curso de Política e Estratégias Marítimas - Escola de Guerra Naval - Tema: A Atuação do Ministério da Saúde - Rio de Janeiro/RJ - 31.08.90.
- Certificado de Participação II Etapa da Campanha Nacional de Multivacinação e da Erradicação da Pólio no Estado de Goiás - 22.09.90
- Diploma Comemorativo IV Centenário do Mosteiro de São Bento - Conferido pela admiração à Obra Beneditiva - Rio de Janeiro - 30.10.90
- Diploma Comemorativo Jubileu de Prata do Instituto dos Centenários - Rio de Janeiro/RJ - 19.11.90.
- Certificado de Agradecimento pela colaboração prestada aos Estudos da Escola Superior de Guerra - Rio de Janeiro/RJ - 1990/1991.
- 1ª Conferência Nacional Ética Odontológica - Certificado de Participação - Vitória/ES - 21 a 23.06.91
- Certificado de Participação I Congresso Nacional da Saúde do Adolescente - Academia Nacional de Medicina - Rio de

Janeiro/RJ - 24 a 27.06.91

- Certificado de Agradecimento pela colaboração ao Ensino da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) - Realização Conferência sobre Política do Ministério da Saúde - Rio de Janeiro/RJ - 27.06.91
- Certificado de participação no Encontro Nacional de Equoterapia, na condição de Homenageado - Brasília/DF - 26 e 27.07.91

## HOMENAGENS

- Homenageado com Placa pelo Povo de São Jorge do Patrocínio/PR
- Medalha Real e Benemérita - Sociedade Portuguesa - Rio de Janeiro/RJ - 17.05.90
- Placa de Agradecimento do Povo de Alto Santo/CE - 19.12.90
- Placa de Gratidão e Reconhecimento do Povo de Bandeirantes/MS - 06.04.91
- Placa da Declaração dos Direitos da Criança - Visita do Ministério à Criciúma/SC - 07.06.91
- Placa de Agradecimento da Fundação Fernando Gomes - Inauguração da Maternidade dª Mãe Preta - Itabuna/BA - 30.06.91
- Placa de Reconhecimento da População do Noroeste Fluminense - Inauguração do Instituto de Doenças do Coração - Itaperuna/RJ - 20.07.91

Brasília/DF, de 1991.

Alcení Guerra

## PROJETO DE LEI Nº 525/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º - Para implementação desta medida, o Poder Executivo promoverá consulta aos órgãos técnicos existentes e que tratam sobre o assunto, bem como manterá audiências com todas as Prefeituras que integram a Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Lida e aprovada a Ata. Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito Sr. Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Após 28 dias ausente desta por razões de uma operação de médio porte, hérnia ensigional, hoje orgu-

Thosamente estamos reassumindo a nossa cadeira nesta Casa.

Queremos aproveitar o instante para fazer um agradecimento muito sincero e de coração à Presidência desta Casa por ter acolhido em bons termos o nosso pedido de licença por 30 dias e aos Senhores Deputados por terem dado aprovação por unanimidade, e agradecer ainda aos Senhores Deputados que nos enviaram conforto, de uma maneira especial o Deputado Colombino Grassano, que nos fez uma visita pessoal, e a outros tantos Deputados, nos telefonando, escrevendo, enfim, enviando, votos de solidariedade pelo acontecimento.

Graças a Deus foi uma cirurgia bem sucedida. Quase recuperado após 28 dias, estamos retornando para o nosso trabalho, a nossa luta nesta Casa. Queremos dizer ainda aos Senhores Deputados e à Mesa que estou bastante satisfeito no mês de agosto fizemos um requerimento ao Senhor Presidente da TELEPAR e ao Senhor Secretário da Educação do Estado solicitando que, após um devido reconhecimento, que fosse instalado um telefone público em todas as escolas estaduais que ainda não possuísse aquele benefício. Felizmente aquela nossa solicitação foi bem sucedida e, dias atrás, em convênio, TELEPAR e Secretaria de Educação do Estado, ficou determinado que em todas as escolas estaduais que ainda não possuem o telefone público passará a ter esse benefício de muita importância porque muitas das vezes nestas escolas acontecem assalto, às vezes necessidades urgentes de comunicação, de professores para com os familiares dos estudantes e vice-versa.

Por isso, estou bastante satisfeito e bastante feliz porque temos visto o nosso trabalho ser bem sucedido e, hoje retornando a esta Casa para os trabalhos legislativos, com certeza, sinto-me bastante feliz em trabalhar lado a lado com os Senhores Deputados.

Encerro mais uma vez, agradecendo a todos pela acolhida e pela solidariedade tão importante a nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É uma satisfação desta Presidência e desta Assembléia ter o Deputado Eurides Moura de volta entre nós já recuperado de uma cirurgia. Seja bem-vindo.

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vimos novamente a esta tribuna para relembrar mais uma vez que Curitiba e região metropolitana na verdade, necessitam de um grande apoioamento por parte do Governo do Estado, em-

bora sabedores que a Região Metropolitana será contemplada no ano que vem, com um orçamento especial jamais tido em sua história. Mesmo assim voltamos à tribuna para alertar as autoridades públicas do Paraná de que na Região Metropolitana a carência é muito grande em termos de qualidade de vida, escolas em especial, um atendimento melhor e mais efetivo da segurança pública, um atendimento especial na área do lazer, e este fim de semana, em especial, os motivos que me traz a esta tribuna, onde nós observamos como comunicador de massa no nosso programa de televisão, como faz também o companheiro Luiz Carlos Alborghetti, companheiro Algaci Túlio, companheiro e amigo Luiz Carlos Martins. Os problemas desse fim de semana foram públicos e notórios, onde dezenas de pessoas morreram de afogamento por não terem condições financeiras de se deslocar a uma praia, a um clube, por não ter essa condição estrutural, vão às cavas, aos rios periféricos da Região Metropolitana e dezenas de pessoas pereceram.

Isso é triste, é dolorido, e o mais triste ainda, observa-se que nessa região que concentra a maior densidade demográfica do Estado do Paraná, há muitos anos, há décadas que entram prefeitos, governadores, autoridades passam, vão embora e a Região Metropolitana permaneceu da mesma forma, intacta nos investimentos, precária de maneira absoluta.

Isso não é possível mais. Por isso, a nossa vinda na tribuna de hoje, é para fazer um apelo às autoridades, ao município de Curitiba, aos municípios da Região Metropolitana.

Nós entendemos que tem a carência, o problema financeiro que é muito sério, mas, de qualquer forma, as autoridades, os executivos do Paraná e da Região Metropolitana, em especial da Região Sul, têm que buscar uma alternativa viável para o seu povo. O trabalhador, já combalido pelo seu salário, numa luta inglória, luta contra tudo e contra todos e quando chega no final de semana, onde ele pode, com sua esposa, com seus filhos, fazer um descanso, buscar um lazer, ele vai e infelizmente um familiar perece afogado, acontece uma tragédia.

Nós precisamos com urgência, repensar e pensar imediatamente na Região Metropolitana e em cada época, quando chega o verão, se avolumam as tragédias, e avolumam os problemas sem que ninguém, por incrível que pareça, nem daqui e nem de lá, tome uma providência. Você não vê um policial, um bombeiro numa cava, na beira de um rio, do Rio Iguaçu, num rio da Região Metropolitana. Nas praias sempre tem, porque lá está o povo, está o trabalhador que tem um poder aquisitivo e uma condição de

vida melhor.

Então, o nosso apelo, como Deputado Estadual, como Deputado especificamente de Curitiba e da Região Sul do Paraná, que é sensível e que, acima de tudo, conhece os problemas lá na base, na raiz.

Como comunicador de massa e destaque a importância do comunicador, destaco a importância dos comunicadores também Deputados nesta Casa, que sempre têm, de uma maneira ou de outra, tentado mostrar às autoridades públicas do Paraná, de cada município e também do Brasil, que a situação não é boa, que a Região Metropolitana precisa de atendimento.

Acontece também o problema da violência, acontece o problema da falta de área de lazer.

O seu lazer está aonde? Será no boteco da esquina, onde ele vai acabar, por motivos alheios, por motivos diversos, bebendo um pouco mais, e aí nasce também, companheiros, a tragédia, aí nasce o volume de problemas criminais e policiais que ocorrem no Brasil inteiro.

O nosso apelo é sincero, com veemência. Há tempo ainda se houver boa vontade dos prefeitos, incluindo Curitiba, e os prefeitos da Região Metropolitana.

Também cobrando abertamente da Direção da SANEPAR, que pode muito bem colaborar nesse aspecto.

Do Governador do Paraná, que haja uma investida nesse aspecto.

Eu estive com o Governador nessa semana, estivemos juntos e nós colocamos para ele essa preocupação, mesmo antes de saber do resultado policial, criminal da tragédia da família, no fim de semana, e que a cada dia, mais se avolumam em Curitiba, se avolumam na Região Metropolitana de maneira assustadora.

Por vários motivos: pelo êxodo rural pela falta de moradia, pela falta de bons salários, pela falta de estrutura de cidade grande, pela periferia da Região Metropolitana, o cinturão da miséria, da pobreza que se alojou nesta grande Curitiba de hoje.

E eu observo que por mais que haja boa vontade não se colocou ainda a prática na verdade.

Então, precisamos e voltamos aqui fazendo esta cobrança. Falou-me o Governador, e como ele nasceu em Curitiba, é curitibano, tem a sensibilidade, conhece a Região Metropolitana; pois aqui é a sua casa.

Desde a sua infância, o Governador conhece muito bem o que é Colombo, Piraquara, São José dos Pinhais, Araucária, o cinturão da miséria que envolve Curitiba.

O Governador ainda me colocou que, de sua parte, haverá, além do orçamento, uma

grande investida na Região Metropolitana ano que vem.

Ouvindo o Governador, que além de Governador é companheiro e amigo, voltamos aqui, depois que saímos da televisão, sensibilizado e horrorizado com o resumo das informações do final de semana: muita violência, muita bebida; por falta de opção de lazer, muita tragédia e muitas mortes.

O SR. ERNANI PUDELL (Aparte) - Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos nos somar a preocupação de Vossa Excelência.

Segundo nos consta, realmente, os afogamentos estão em quarto colocado como "causa mortis" de adolescentes na Região Metropolitana de Curitiba. E nós que viemos do interior sentimos os contrastes das estruturas destinadas ao lazer da classe alta e da classe média em Curitiba em relação à periferia e à classe trabalhadora.

Para o litoral do Estado, temos pistas magníficas, pistas duplas, balneários que espelham até mesmo luxo incompatível com a realidade brasileira, todas as atenções do Estado: policiamento, serviço de salva-vidas, toda a assistência. Efetivamente, a classe média em Curitiba ou detém a possibilidade de frequentar os clubes aqui na nossa Cidade ou então frequentar os parques ecológicos muito bonitos que servem como cartão postal da nossa Cidade.

Todavia, para a pobreza, para os trabalhadores não existe praticamente nada em termos de Curitiba.

É comum, e vimos isso, em quase todo final de semana notícias de afogamentos nas cavas do Iguaçu, nas periferias, de pessoas que procuram esses lugares para pescar e para nadar.

Nós ficamos chocados porque sabemos que seria tão fácil e que custaria tão pouco, talvez, o Estado juntamente com as prefeituras da Região metropolitana dotar esta grande Cidade de pontos de lazer, principalmente voltado à população de baixa renda, em locais onde a população pudesse praticar a pescaria onde houvesse povoamento desses rios por peixes, onde houvesse a possibilidade de acesso a esporte náutico e de orientação, inclusive, para a prática do banho e sempre com a assistência e o cuidado do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.

Então, queremos nos somar a Vossa Excelência mais do que isso dizer que a população não precisa apenas de pão e casa, a população precisa também de lazer que é fundamental ao ser humano.

E por isto nos somamos ao pronunciamento de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado.

A sua colocação é importante.

E não adianta - um exemplo somente - o Parque Barigui em Curitiba, realmente é uma coisa bonita, um local maravilhoso, é uma reserva ecológica; mas o mesmo não propicia o banho.

E no verão, todos querem pelo menos a igualdade que tem o trabalhador de condição melhor ou da sociedade média e alta.

O pobre também quer tomar um banho. E então ele busca essa alternativa perigosa e complicada.

Uma informação: no fim de semana, um relato da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, de busca e salvamentos foi o campeão do fim de semana de mortes, só na Região Metropolitana.

Foram nove mortes constatadas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros.

Isso não pode, realmente, continuar acontecendo na Região Metropolitana.

Em se tratando de que Curitiba é vendida ao mundo inteiro como sendo uma cidade ecológica, uma capital ecológica.

Tem que haver também a preocupação de que esta cidade ecológica tem a opção de lazer para as classes menos favorecidas.

Não é só comer, não é só beber, que vive o homem não; em absoluto, se não ele entra em neurose, entra em estafa, e o seu rendimento acaba baixando, porque aquele que tem uma condição melhor ele sai no fim de semana, vai para uma praia, vai para um local sadio, vai para a Serra do Mar, mas tem condição, tem carro, tem estrutura.

Mas o pequeno trabalhador acaba ficando em Curitiba, ficando em seu Município, aqui na Região Metropolitana, aí a coisa começa a complicar.

Concedo ao companheiro Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - (Aparte).

Meu caro Deputado Carlos Simões, eu quero me solidarizar com o seu pronunciamento.

Eu acho que o seu pronunciamento é de extrema importância, como seria importante que todos os Deputados da Assembléia Legislativa, tomassem consciência de que é, do que são as dificuldades da Região Metropolitana de Curitiba.

Aqui nós precisamos de uma atenção muito firme, muito forte, muito decidida de parte do Governo do Estado, porque nós estamos aqui com problemas enormes, nos Municípios como Piraquara, Colombo, Araucária, São José dos Pinhais, na área de Transporte, na área de Segurança Pública,

na área de saneamento básico, enfim, são inúmeras as dificuldades da Região Metropolitana, e que por isso requer que os Deputados eleitos aqui por Curitiba, pela Região Metropolitana, especialmente, usem a tribuna e passem a relatar as dificuldades que tem a nossa Região Metropolitana.

Nós no início desse ano, fizemos um Seminário aqui, onde reunimos técnicos, Prefeitos, equipes do Governo do Estado, Deputados Estaduais, para fazermos um diagnóstico da Região Metropolitana.

Temos trabalhado ao seu lado, ao lado do Senhor Luiz Carlos Martins e de outros Deputados aqui da Região Metropolitana, firmes em prol dessa região. E na semana passada nós aqui perdemos uma Emenda de nossa autoria, que beneficiava a Região Metropolitana, numa argumentação muito firme, muito forte do Líder do PT, que dizia que nós não poderíamos votar aquela Emenda porque estaríamos favorecendo a Indústria de Cerâmica da Região Metropolitana.

E, nós entendemos que para amenizar a dificuldade do trabalhador, e para amenizarmos a questão social que vive o nosso Estado, será com certeza através da industrialização, através da produtividade, e nós infelizmente fomos derrotados, numa Emenda onde beneficiava exatamente os Municípios da Região Metropolitana, que oferece a água para o Município vizinho, como é o caso de Piraquara.

Então o seu pronunciamento, sua presença na tribuna, ela vai com certeza despertar a consciência da grande maioria da classe política do Paraná, que aqui vive um terço da população do Estado, e aqui também se arrecada um terço dos recursos, dos impostos do nosso Estado do Paraná.

Por isso, a Região Metropolitana precisa ter uma visão mais ampla, precisa ter um planejamento de futuro, sob pena de criarmos os Municípios vizinhos de Curitiba, uma futura Baixada Fluminense.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Eu, mais uma vez, quero reforçar um apelo as autoridades, aos companheiros Deputados, que quando se tiver uma oportunidade, se cobre uma providência, um atendimento especial, um carinho especial, para a Região Metropolitana, que tem com certeza, votos de todos os Senhores Deputados do Paraná, porque aqui mora gente de Toledo, de Maringá, Pato Branco, Londrina, da minha terra... vêm de todos os cantos do Paraná pessoas, vêm morar em Curitiba, num sonho, numa espe-

rança, de aqui construir uma vida melhor, para si, para sua família, para que a vida melhore, mas aquela esperança, devagarinho vai se acabando, vai se eliminando e ele fica na verdade marginalizado, morando no cinturão da miséria da Região Metropolitana, em especial da grande Curitiba, onde a situação a cada dia mais, se avoluma, onde a violência aumenta, nós sentimos isso no programa de televisão, nós sentimos isso nos jornais, pelas rádios de Curitiba, sentimos pelos relatos, porque a violência também aumenta, porque nós precisamos criar um pouco mais de condição de vida para esse povo, que nem sempre às vezes comer e beber e ter um salário razoável ele consegue, para ter uma vida equilibrada. Não, a liberdade é a coisa mais importante da vida, que não tem hoje um trabalhador, em especial um trabalhador pobre da grande Curitiba, ele perdeu a sua liberdade pela falta de estrutura e pela falta de dinheiro.

Concedo o aparte ao companheiro e colega Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Eu concordo com o que o Deputado Neivo Beraldin acabou de dizer, neste Parlamento. E, às vezes eu fico me indagando e Vossa Excelência haverá de concordar comigo, o Deputado Neivo fez um simpósio nesta Casa, conclamou e eu fiz um apelo através da televisão, para que todos viessem sentir os problemas da região metropolitana, nos quais o Deputado Neivo Beraldin é por demais preocupado com esta microrregião. Termina-se o simpósio, o Deputado vem à Tribuna desta Casa, com muita eloquência, feliz, e até apaixonado pela sua luta, comunica ao Plenário desta Casa o que foi o simpósio, seus anseios, sua vontade de ser. Mas, acabou. Morreu. Está tudo acabado. Tudo resolvido. Não tem mais problema nenhum. O Deputado Neivo poderá fazer um outro simpósio, eu poderei ir à televisão conclamar a microrregião, faz-se o simpósio não só aqui, mas em todo o Brasil e solução nenhuma, Deputado Carlos Simões, é tomada para resolver os problemas. Pelo menos eu vejo boas intenções do Prefeito Jaime Lerner.

A minha base eleitoral, a minha cidade, é Londrina, eu não sou de Curitiba. Curitiba me adotou. Mas, pelo menos o Prefeito Jaime Lerner está tentando fazer alguma coisa por esta Capital. Os Senhores que pretendem disputar a Prefeitura Municipal da Capital, também acredito que tenham algum interesse, algum anseio. Mas, eu só me reporto ao Deputado Neivo. Não adianta fazer simpósio. A região metropolitana da Capital, ela grita por uma série de anseios. Agora, tem que o Senhor Governador do Estado do Paraná participar des-

tes simpósios e realmente colocar o simpósio em prática, Deputado Neivo. Se não, não vai resolver.

Por exemplo, um vendaval passou em Londrina esses dias. Destruiu uma grande parte da minha cidade. Ninguém ligou para a minha cidade. O Governo do Estado não ligou para o meu Prefeito, não perguntou se necessitava de alguma coisa, se Londrina precisava de alguma coisa. E nós estamos tentando fazer "das tripas, coração", para reerguer a cidade de Londrina, conforme foi publicado ontem na "Folha de Londrina".

Mas, eu fico com Vossa Excelência. Vossa Excelência traz, nesta tarde, mais um grito de alerta. É um grito de alerta que Vossa Excelência traz a esta Casa. Agora, que este grito de alerta passe por concreto, chegue ao Governo do Estado do Paraná e que ele realmente possa ouvi-lo. Injete dinheiro na Prefeitura, nas demais prefeituras municipais do Estado do Paraná. Oxalá não se aniquile, como estão querendo fazer no "emendão", com aquilo que as prefeituras municipais estão sobrevivendo, que querem acabar, que são os recursos do Governo Federal, e eu tenho certeza que este grito de alerta veio em boa hora. Mas, eu espero que as autoridades, não nós, mas as autoridades maiores deste Estado ouçam o seu grito e coloquem em prática seu sonho, sua vontade, que Vossa Excelência quer para a sua região metropolitana. Muito obrigado. Meus parabéns.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado. Para encerrar, mais um alerta: a grande Curitiba está com sede. A grande Curitiba quer água com urgência.

Muito obrigado, Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao horário das Lideranças. No horário pertencente ao PRN, concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vamos votar um projeto nesta Casa, hoje, de número 232/91, do ilustre Parlamentar que Rolândia deu ao Paraná, Deputado Eurides Moura. Um projeto que eu acho de fundamental importância em todos os níveis. Mas fica-me uma preocupação nesse projeto. Será que o Governador do Estado do Paraná vai criar este corpo de guarda escolar, porque não me interessa o corpo da guarda escolar só nas escolas da Capital, não me interessa só nas escolas de Londrina, não me interessa só nas escolas de Rolândia, nós temos que ter o corpo da guarda escolar em todos os estabelecimentos educacionais do Estado do Paraná!

Veja bem, ilustre Parlamentar, que re-

torna a esta Casa nesta tarde, após uma cirurgia muito bem sucedida, recentemente nós tivemos aqui na Capital, um jovem estudante que saiu do seu estabelecimento escolar, dirigiu-se ao ponto de ônibus defronte ao mesmo, aqui na Capital do Estado, inclusive eu mostrei este jovem ontem como um grito de alerta, como um grito de alerta para a Comissão dos Direitos Humanos, ou outras Comissões que estejam interessadas não só em defender bandidos, mas em defender as famílias que tenham passado por crimes violentos. O jovem sai da sua escola, antes de tomar o ônibus é violentamente assaltado, exigem-lhe: "- Me dê o tênis, me dê a jaqueta". Se não bastasse, Deputado Eurides Moura, ele entregar o tênis, entregar a sua jaqueta, entregar o seu relógio, que ele estava pagando uma prestação, deitaram o jovem no chão, pisotearam o jovem, deram-lhe dois tiros nas costas e ele está numa cadeira de rodas, paralisado! E ninguém, nenhuma autoridade deste País, foi até a casa dele saber quais são os seus direitos! Ninguém! Diz a Constituição, mas ninguém foi! As autoridades que dominam este País não foram até lá! Mas existem autoridades que vão às penitenciárias, às cadeias públicas, para saber se o preso está comendo, se está se alimentando, se ele está dormindo bem. Agora o paralisado, que foi esquartejado, violentado, rasgado nos seus direitos, está numa cadeira de rodas!

Por isso, que eu acho de fundamental importância a criação desta guarda escolar! Mas eu queria uma guarda escolar que trabalhasse na porta de todos os estabelecimentos escolares, mas não só na porta, para transportar a criança de uma rua para outra, não só pegar na mãozinha da criança e transportar, eu quero uma guarda militar, como essa que Vossa Excelência quer criar no Estado do Paraná, que ela adentre a escola, que ela entre lá dentro, que ela vá trabalhar também com os alunos, conversar, dialogar, porque dentro das nossas escolas está também o traficante de drogas! E drogas para mim, hoje, Deputado Eurides Moura, é o pior flagelo da humanidade, é a pior herança que nós temos hoje, na humanidade! É a violência do pó branco, que mata, a violência da maconha, da anfetamina e de todos os derivados tóxicos. Eu gostaria que este projeto servisse como um grito de alerta ao Palácio Iguaçu! E que esta guarda escolar realmente fosse criada! Mas não criada uma guarda escolar, não fazer discurso, banda, fanfarra, passar na televisão uma guarda só lá no município do Deputado Fregonese, do Deputado Toti Colaço, não! Nós precisamos de guardas escolares em todos os estabelecimentos educacionais do Estado do Paraná, e isto é que me preocupa, será que o Governo do Estado do

Paraná terá condições de efetuar-la, de criá-la, existe recursos para tal, existe dinheiro para tal? Porque a minha preocupação é muito grande, existe um flagelo que os Senhores têm que, por favor entendam, existe um flagelo muito grande hoje no Paraná, a Polícia Militar está perdendo homens, o Corpo de Bombeiros perdendo homens... ocupo o horário do PL que me foi cedido, ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL já foi chamado no início Deputado Alborghetti. Um outro partido que deseje lhe ceder o horário, PMDB, PTB, independente, o PT.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - O PTB. Eu ocupo o horário do PTB.

Então, eu vou lhe conceder um aparte agora só para um raciocínio. Eu estou vendo, por exemplo, nós temos a polícia montada na Capital, que eu acho de fundamental importância, eu gostaria que ela estivesse em Rolândia, Arapongas, Londrina, lutei muito como Vereador, para ter a polícia montada na minha cidade, realmente não encontrei o eco necessário para que fosse feito aquilo que o Tenente Porto está fazendo na Capital do Estado. Então, a minha preocupação é que às vezes há uma corrida, muitos não querem entrar na Polícia Militar porque o salário é pouco, porque o salário não é digno e, vão trabalhar às vezes no Jôquei Clube como já tenho visto, pessoas que saem da polícia montada e vão trabalhar no Jôquei porque o salário é maior.

Eu tenho uma série de preocupações, mas as minhas preocupações são um grito de alerta, porque o seu projeto é importante, eu vou votar com Vossa Excelência, se o Senhor tiver um voto só, será o meu, entendeu? Voto com Vossa Excelência, mas eu gostaria que esse projeto não fosse vetado, não fosse mais um projeto desta Casa que fosse ao Palácio e ele mandasse para cá e dissesse: "Olha, não tem dinheiro, não dá para fazer, para um futuro, daqui a 10, 20, 30, 40 anos nós vamos fazer". O que eu não gostaria que acontecesse é isso. Quando as idéias são boas Deputado Eurides, quando as idéias são válidas, que vá ao encontro, a população precisa de idéias desse Parlamento, idéias válidas, idéias rigorosas, de arrocho, para enfrentar mesmo esse País, enfrentar mesmo esse Estado, a sua idéia é excelente, mas eu tenho medo, esse projeto mesmo aprovado será vetado. Com o aparte Vossa Excelência.

O SR. EURIDES MOURA - Eu quero agradecer, sensibilizado as amáveis palavras do ilustre Parlamentar, dizer que a nossa in-



tenção realmente coincide com o seu pensamento, que sejam instaladas seguranças em todas as escolas estaduais do Paraná; infelizmente foge à competência de se instalar também nas escolas municipais. Mas o nosso projeto de fato, versa uma segurança total em todas as escolas estaduais. Preocupamos sim nobre Deputado a questão do veto, primeiro se aprovado ou não por esta Casa, que nós gostaríamos de contar com o apoio decidido de todos os Senhores Deputados, também nos preocupa sim do veto governamental. Mas eu apenas pedi a palavra para agradecer a sua interferência, o seu apoio, a sua colaboração a um projeto que, ao nosso ver, realmente de há muito se fazia necessário. Então vamos aguardar os acontecimentos, parece-nos que é solicitado que seja adiado por mais dez dias. Tudo bem. Mas vai chegar à votação dentro destes dez dias e daí espero que haja a aprovação e depois que haja a sensibilidade do Senhor Governador sancionando-o, para que possa entrar em vigor que coincida com seu pensamento: a segurança em todas as escolas estaduais.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só lamento, e o Senhor já me deixou triste, porque vai ter que ser retirado por mais dez dias, etc. etc. Acho que deveríamos votar imediatamente.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento).

Senhor Deputado, um fato que Vossa Excelência narrou e que transmitiu pelo seu programa de televisão e que naturalmente hoje o Paraná todo sabe, ocorreu com uma pessoa de minha família aqui na Capital do Estado. Durante três dias consecutivos, Senhor Deputado, tentei uma audiência com o Senhor Secretário da Segurança Pública, porque tínhamos os nomes dos futuros assassinos em potencial e que haviam agredido esta pessoa da minha família. Durante três dias e até hoje, já fazem quatro meses, o Senhor Secretário de Segurança não tem tempo para ouvir os reclamos e as denúncias dos Senhores Deputados. Porque quem é do Governo é muito fácil, abre a porta, entra, discute o problema, pede providências e tudo se resolve.

Esta pessoa de minha família e aconteceu exatamente com a pessoa citada pelo ilustre Deputado. Foi agredida, tomaram-lhe o relógio, ele deu todo o dinheiro, não esboçou nenhum sinal de reação, derrubaram o menino, deram-lhe um tiro na perna e ele ficou durante quatro anos imobilizado, sem que a autoridade policial, - porque já chegou ao conhecimento da autoridade policial sobre os autores do atentado,

sem que tomassem nenhuma providência na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

É lamentável que isto ocorra. Procuramos agir com a maior serenidade, mas há momentos em que podemos perdê-la, porque estamos vendo tanta omissão, tanto desinteresse e tanta luta, por causa própria, que, às vezes, sentimo-nos desamparados e até mesmo desanimados de uma luta que estamos perseguindo há muito tempo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado. Só para finalizar.

Acho o projeto de fundamental importância, volto a repetir, o projeto do Deputado Eurides Moura. Tanto é que recebeu parecer favorável de uma pessoa que prezo muito, que respeito muito, que pertence à Comissão de Segurança Pública desta Casa, o Deputado José Tavares. O Deputado José Tavares já teve uma militância por longos anos, uma longa caminhada, conhece profundamente as raízes da segurança deste Estado. Analisei o parecer do Relator, o ilustre Parlamentar José Tavares, como analisei o parecer do Deputado Ovídio Constantino, do PT, e cheguei a conclusão de que o projeto é de suma importância. Desde que aprovado e desde que não seja vetado pelo Governador do Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Concede um aparte, Deputado?  
(Assentimento).

Somo-me a Vossa Excelência e à iniciativa do Deputado Eurides Moura, porque quando Vossa Excelência cita o problema dos alunos, vejo a extensão maior da questão, rede pública de ensino. Vejo o problema hoje, com relação ao professor, que também é vítima desta insegurança nas escolas, que vem sendo ameaçado frequentemente, que tem seu carro arrombado, que tem uma vida ameaçada pela insegurança da localização de muitas escolas e pela presença de desocupados, de vândalos que, sentindo a falta de alguém que possa inibi-los, agem como querem, acabando com o patrimônio público, assaltando estudantes, assaltando professores, criando um clima de instabilidade que prejudica ainda mais a educação neste Estado. Prejudica ainda mais a vontade daquele que procura, na educação, o caminho para sua vida. Muitos deixam de estudar, muitos pais deixam de mandar seus filhos às escolas, porque estão sujeitos obviamente a serem assaltados, a serem vítimas dentro da escola, como Vossa Excelência frisa muito bem.

Por isto o parabenizo. Queira que possamos ver este projeto de fato aprovado e se tornando uma efetivação dentro das escolas públicas do Paraná.

Agradeço.



O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só queria dizer o seguinte aos senhores, para finalizar, vejam bem...

O SR. ERNANI PUDELL - Vossa Excelência pode utilizar o Horário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado Deputado Ernani Pudell; muito obrigado Deputado Doutor Rosinha pelo carinho e pelo respeito.

A minha preocupação não é apenas... O Partido dos Trabalhadores me cedeu o Horário para que possa complementar o meu raciocínio, se Vossa Excelência me permite.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência é um eclético.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu gostaria, Deputado Paulo Maia, é de fundamental importância o projeto do Deputado Eurides porque não adianta só ele apresentar o projeto, depende de todo o Parlamento, se nós não aprovamos com ele de nada adianta o seu projeto. Quer dizer, nós somos uma família dentro desta Casa.

O importante aqui não é termos uma guarda escolar só para pegar na mãozinha da criança, eu não quero isso, nós não queremos isso, nem o Deputado Eurides Moura também não quer isso, senão eu teria entrado com uma emenda de imediato. O que o Deputado Eurides quer, o que eu defendo neste Parlamento e que Vossa Excelência acabou de defender é que precisamos de uma guarda escolar que adentre a escola, que converse com a professora, que converse com o aluno, uma guarda escolar orientada, uma guarda escolar estruturada porque se amanhã uma criança for procurada por um "avião" é a gíria que usamos no submundo do crime, o "avião" é aquele que é usado pelo traficante. Então, o traficante usa o "avião" para ir oferecer a droga de graça dentro do estabelecimento educacional. Então, a criança pega a droga de graça pela primeira vez. Na segunda vez, quando ele vai comprar, o "avião" já diz: "olha, eu tenho que pagar, se você não me der o dinheiro eu não posso trazer". Então, a criança vai começar a roubar dentro de casa. Quando acaba o dinheiro dentro de casa, ela vai roubar o toca-fitas do carro, ela vai roubar o pneu, o macaco, vai participar de pequenas quadrilhas para, com o dinheiro, ressarcir o "avião" e este entrega a droga na porta da escola. Olha, Senhores, eu convivo com esse dia-a-dia e passa aí no meu gabinete centenas de mães com esses problemas de porta de estabelecimentos educacionais e o traficante fica por fora usando o "avião", usando a criança que será em potencial mais um viciado

de drogas na Nação brasileira.

Então, finalizando, parabenizo o Deputado Eurides Moura. A sua idéia é brilhante, é uma idéia arrojada porque nós já estamos cansados de ver: "vamos fazer, vamos discutir, vamos analisar", e morre, tudo morre. Não adianta simpósio, não adianta debates, não adianta nada disso! O importante somos nós os Parlamentares! Esse Parlamento é forte, Deputado Eurides, nós somos fortes, nós fomos eleitos pelo povo e as nossas idéias têm que ser respeitadas, nós temos idéias brilhantes, todos os partidos políticos desta Casa têm idéias brilhantes e elas são colocadas em papéis, votadas neste Parlamento, mas eu quero que quando elas cheguem ao Palácio Iguazu, que sejam colocadas em prática, jamais rejeitadas!

Muito obrigado pelo tempo que eu tomei do Senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Tavares com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nestes últimos dias da semana que terminou neste domingo e é de conhecimento de todo o povo do Paraná e diria até do povo brasileiro, a nossa Cidade de Londrina foi atingida por um forte vendaval jamais ocorrido em toda a sua história. Descrever aqui o que houve em Londrina seria até difícil, mas eu citaria apenas um exemplo da gravidade dos fatos que ocorreram e coincidentemente eu diria até que por paradoxal que possa parecer, até felizmente só na Cidade de Londrina. Os vidros do aeroporto de Londrina que são vidros resistentes, não são vidros evidentemente à prova do que aconteceu, mas são vidros resistentes porque eles foram ali fixados em função da orientação da INFRAERO, tomando-se por base a segurança do aeroporto em épocas em que essas questões de segurança preocupavam muito os aeroportos do Brasil e, Londrina não foi diferente. Pois bem, toda a vidraça do aeroporto de Londrina foi destruída pela violência da chuva e pelo tamanho das pedras que caíram exatamente no Município de Londrina. Portanto, foi alguma coisa assim de espalhar terror até à população. Não houve uma família sequer que não tenha sido tomada por um violento choque em razão da violência do vendaval que se abateu sobre a nossa Cidade. E nós chegávamos em Londrina na quinta-feira e exatamente na sexta-feira houve o terceiro dia de agressão à Cidade, culminando com a queda de um edifício de quatro andares e que a bem da verdade, edifício esse que estava sendo construído em desacordo com as exigências mínimas de técnicas de engenharia. Eviden-

temente que pela gravidade dos fatos, pela velocidade dos fatos, o Município de Londrina fez o que pôde e está fazendo o que é possível para minimizar as conseqüências daquela tragédia. E o Estado? E o Governo do Estado? É exatamente sobre esta posição que eu venho à tribuna, para dizer alguma coisa a esta Casa. O Governo do Estado fez de imediato o que poderia fazer, com ações concretas através da SANEPAR. Para que Vossas Excelências tenham uma idéia, a Cidade ficou sem água até a meia-noite de ontem em razão dos graves problemas surgidos em decorrência do vendaval, já que Londrina ainda se abastece de um pequeno córrego, que é o córrego Cafezal e também se vale do córrego Cambêzinho e em estado de emergência procura se valer do Lago Igapô, mas todos esses três mananciais de água, lamentavelmente, tinham apenas 20 a 25% de capacidade para poder servir a população. Mais do que isto era impossível. E a SANEPAR esteve e está lá presente 24 horas, trabalhando para poder minimizar as conseqüências desse grave problema que abalou a nossa Cidade. Graças a Deus, a partir da meia-noite de ontem, o problema de falta de água em Londrina já foi praticamente resolvido. Evidentemente que ainda a Cidade - não em decorrência deste problema que houve neste final de semana - mas a Cidade vem enfrentando já há algum tempo uma demanda reprimida de água e daí a razão maior da construção do projeto Tibagi que deverá ser inaugurado nos próximos dias. A COPEL que é um outro órgão do Governo, imediatamente dia após dia de atentado desse vendaval, a COPEL se fez presente com ações reais, concretas e objetivas, resolvendo problemas de "black-out", problemas de danos em torres de eletrificação, em redes de eletrificação, a COPEL lá esteve e está presente e assim como o Corpo de Bombeiros que é uma instituição do Governo do Estado, ao lado dos homens da Prefeitura também se fez presente durante todos estes dias de dificuldades que a Cidade enfrentou, procurando minimizar a tragédia, o flagelo, o drama, o sofrimento da nossa população. Com relação à presença ainda maior do Governo do Estado nós entendemos que cabe evidentemente um entendimento através do Município, através do seu representante, que é o Prefeito Municipal. Ele deve, na minha opinião, se é que já não está fazendo, procurar o Governador Roberto Requião, senão hoje, amanhã, trazendo ao Governador um levantamento real, concreto dos prejuízos, do drama da nossa população, um levantamento real, um levantamento em que não haja extrapolção e nem exageros para sentar com o Governador, para ver o que é que o Governo do Estado, além do que a SANEPAR, COPEL, Corpo de Bombeiros já fizeram nes-

ses dias, ver o que o Governo do Estado pode concretamente fazer para ajudar as famílias atingidas por este lamentável acontecimento da quarta, quinta e sexta-feiras na Cidade de Londrina.

Era isso que eu queria deixar aqui registrado, Senhor Presidente, e agradecer a Vossa Excelência pela generosidade de me conceder este tempo no Horário da Liderança do PMDB, e eram essas as informações que eu gostaria de deixar aqui aos nobres Pares nesta tarde de segunda-feira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n. 375/91, subscrito pelo Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente, comunicando seu retorno às atividades Legislativas desta Casa de Leis. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n. 49/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, justificando a ausência do Senhor Deputado Ovídio Constantino, na presente Sessão em virtude de participação no debate anti Pena de Morte, no Município de Foz do Iguaçu. A Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Resolução n. 026/91, autoriza a realização de plebiscito no Município de Tupãssi, para que a po-

pulação decida sobre a criação do Município de Jotaesse, conforme especifica. Aprovado. (Public. no DA. 37 de 16.04.91)

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 047/91 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - MENSAGEM N. 50/91, autoriza o Poder Executivo, através do I.T.C.F., alienar imóvel, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas registrando o voto contrário da Bancada do PT ao Projetos 47 e 48/91.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 48/91 conservem-se como estão. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 48/91 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - MENSAGEM N. 51/91, autoriza o Poder Executivo, através do I.T.C.F., alienar imóvel no Município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 267/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. EMENDAS DE PLENARIO FAVORÁVEL da C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em n. de 02 (duas) de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO DE N.º 03, AO PROJETO DE LEI N.º 267/91

Dê-se ao Artigo 2º do Projeto de Lei n. 267/91 a seguinte redação:

"Art. 2º - O Sistema Estadual de Crédito Educativo será financiado com recursos próprios do Estado, e se destina a financiar os gastos com anuidades escolares e/ou manutenção de alunos oriundos de famílias de renda igual ou inferior a 8 (oito) salários mínimos.

§ 1º - A critério de uma Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, integrada por 9 (nove) membros a serem nomeados pelo Governador do Estado, poderão ser concedidas bolsas integrais para estudantes oriundos de famílias cuja renda não ultrapasse 4 (quatro) salários-mínimos, e meia-bolsa para estudantes cuja renda familiar situe-se entre 4 (qua-

tro) e 8 (oito) salários mínimos.

§ 2º - A Comissão Coordenadora do Sistema Estadual de Crédito Educativo, respeitados os critérios estabelecidos nesta lei, disporá sobre os critérios para a concessão dos financiamentos, com recuperação financeira após a obtenção da habilitação profissional.

§ 3º - Fica vedada a destinação de recursos próprios do ensino superior do Estado para financiar o Sistema Estadual de Crédito Educativo.

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

Dr. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento:

Arlindo Troian, Colombino Grassano, Rossoni, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, com a presente Emenda Modificativa, assegurar que os recursos do Sistema Estadual de Crédito Educativo permitam financiar despesas com anuidade e manutenção dos alunos a que se destina. Ademais, pretendemos atribuir à Comissão Coordenadora do sistema a competência para, respeitados os critérios estabelecidos na lei, normatizar a concessão dos financiamentos.

Um aspecto que, na análise do projeto, consideramos fundamental - e deve merecer a análise deste Legislativo - é com relação aos recursos que darão sustento ao Sistema. Em se tratando de mecanismo que irá beneficiar estudantes tanto de instituições públicas quanto de universidades particulares, julgamos inadmissível a destinação de recursos próprios do ensino superior do Estado para tal. Estaríamos, agindo dessa forma, provocando o enfraquecimento das universidades públicas, em troca do financiamento dos custos de anuidades e manutenção na rede particular. Esta medida, ademais, reveste-se de inconstitucionalidade, vez que a Carta Magna da República - e a do Estado - preconizam o investimento de verbas públicas em instituições oficiais de ensino.

Neste sentido, levamos à análise do Plenário a presente Emenda Modificativa, contando com sua aprovação unânime.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENARIO DE N.º 04

Art. 1º - Onde se lê: "Cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo", leia-se "Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Sistema Estadual de Crédito Educativo."

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) GERALDO CARTARIO

Apoiamento:

Severino Félix, José Afonso Júnior, Dobrandino da Silva e Toti Colação.

As Emendas e o Projeto retornarão às comissões.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 379/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO DE Nº 01,  
AO PROJETO DE LEI Nº 379/91

Art. 1º - Acrescente-se ao artigo 4º do projeto de lei n. 379/91 o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo Único - Os auxiliares de justiça regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para serem enquadrados no que dispõe o artigo 3º, inciso I da presente lei, deverão atender ao contido no art. 37, inciso II da Constituição Federal".

Sala das Sessões, em 18.11.91.

(a) CLEITON KIELSE

Apoiamento:

Nelson Garcia, João Preis, Severino Félix, Dobrandino da Silva.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do proposto parágrafo único é necessária e indispensável, a fim de que seja dado atendimento ao mandamento constitucional contido no artigo 37, inciso II, da Carta Magna Federal, que condiciona a investidura em cargo público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Tal dispositivo, exigindo concurso para preenchimento dos cargos que comporão o quadro de pessoal que o projeto de lei n. 379/91 visa instituir, é indispensável, não só no sentido do atendimento à norma constitucional, mas também em razão do amplo conceito que o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Lei nº 7.297, de 08.01.80, com suas posteriores alterações) confere, por exemplo, aos auxiliares de justiça, assertiva esta facilmente confirmada pelo § 2º do art. 140 do referido código judiciário). A ausência de tal condicionamento poderá ensejar interpretações dúbias e variadas, capazes até de permitir ingresso no quadro de pessoal em referência, de celetistas recentemente admitidos e que passariam ao Regime do Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado (Lei n. 6.174/70).

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

414/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, denomina de João Francisco Siqueira a PR-281, que liga o Município de Antônio Olinto à BR-476. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 437/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 80/91, estabelece a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F., C.T.I.C. e C.A.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 467/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 96/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à Prefeitura Municipal de Marilena, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 469/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 93/91, autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA, os lotes de terreno que especifica, situados no Município de Curitiba. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 71/91, de autoria do Deputado JOAO BATISTA DE ARRUDA, que ratifica a Resolução n. 29/90 que autorizou a realização de plebiscito em Nova Esperança do Sudoeste. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado. (Public. no DA. 148, de 11.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Arruda, o Projeto de Resolução n. 71/91, tem por objetivo ratificar a Resolução n. 29/90 que autorizou a realização de plebiscito para criação do Município de Nova Esperança do Sudoeste.

Tratando-se de medida que tem como escopo adequar a criação do município à legislação vigente e ao pronunciamento, sempre oportuno, do Poder Judiciário, nada há a opor.

Somos, portanto, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARAES

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/91, de autoria do Deputado Renato Adur, autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-boat), na Baía de Guaratuba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., contrário da C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA, (Publ. no D.A. nº 17 de 12.03.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Projeto de Lei nº 51/91  
Protocolo nº 2079/91  
Autor: Deputado Renato Adur  
Súmula: Privatiza o serviço de ferry boat em Guaratuba

P A R E C E R

Pelo presente projeto de lei, o autor, nosso companheiro Deputado Renato Adur propõe autorização para que o Governo Estadual promova a privatização do serviço de "ferry boat", na Baía de Guaratuba. Concede o prazo de 90 dias para a abertura de concorrência pública.

O Projeto encontra-se amparado na legislação vigente, não ferindo nenhum dispositivo constitucional ou legal.

Recomendamos audiência da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações E o Parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.91  
(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 51/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Renato Adur, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço Marítimo de Veículos (ferry-boat) na Baía de Guaratuba.

A matéria foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça no seu aspecto legal e constitucional. Nada encontrou a mesma que impedisse o trâmite normal do Projeto.

A privatização deste meio de transporte marítimo modernizará um serviço que na verdade não tem natureza especificamente de interesse público, pois, embora de caráter social não se pode arrolá-lo como indispensável à categoria de serviços públicos próprios prestados pelo Estado. Neste sentido, ganharia o Estado ao privatizá-lo, pois, não sendo este essencial, poderá a iniciativa privada assumi-lo, melhor gerenciando-o e o prestando de modo mais eficiente junto à Comunidade. Além do que, desobrigaria os cofres públicos quanto aos ônus sociais e operacionais do serviço.

O benefício de tal privatização evitaria as quilométricas filas que ocorrem nas

temporadas altas. Pois muitas vezes devido a consertos necessários as embarcações, não encontram os usuários número suficiente de "ferry-boats" para a devida demanda. isto ocorre geralmente pelo fato que para os consertos destas balsas há necessidade de licitações públicas, o que atrasa a rapidez destes consertos e torna a prestação do serviço de "ferry-boat" insatisfatória.

Assim sendo, pelo exposto acima e chamada esta comissão a opinar, conforme preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno desta Casa, somos pelo PARECER FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 51/91.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;  
NELSON GARCIA - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 51/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Renato Adur, visa autorizar o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-Boat) na Baía de Guaratuba.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional do Projeto deu PARECER FAVORÁVEL.

No mesmo sentido foi o PARECER dado pela Comissão de Finanças, entendendo que o Estado ganharia em privatizá-lo, desobrigando-o do ônus operacional do serviço.

No que compete a esta Comissão, conforme preceitua o § 6º, art. 33, do Regimento Interno, entende este Relator o contrário. Pois, conforme prova o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, através de ofício anexo ao Projeto, o serviço não é deficitário e sim superavitário. Outrossim, as embarcações encontram-se em bom estado de conservação e o Governo Federal, através do Departamento Nacional de Transporte Aquaviário operará, também, neste setor, através de duas balsas, o que melhorará os serviços da referida travessia.

Assim sendo, pelas razões expostas, nos posicionamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 51/91.

Sendo o Parecer CONTRÁRIO.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(a) TOTI COLAÇO - Presidente e Relator.

Em votação

O SR. NELSON JUSTUS (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Resolução 51/91 de autoria do Deputado Renato Adur visa a privatização dos serviços de "ferry-boat" de

Guaratuba.

Eu tenho procurado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agir nesta Casa com o maior equilíbrio e dentro do maior sentido de ética possível dentro deste Parlamento. Não quero de maneira nenhuma imaginar falta de ética do proponente deste Projeto, mas confesso uma certa estranheza à proposição do mesmo.

Guaratuba não é um Município exclusivamente de banhistas ou de veranistas. É uma cidade próspera, onde tem um comércio pujante, onde existem pessoas de bem e que lutam por aquela Cidade, e Guaratuba escolheu, nas últimas eleições dois Deputados para representá-la, pois esses Deputados representam mais de 90% do número de votos apurados naquela Cidade. É o eminente Deputado Presidente desta Casa e este Parlamentar que vos fala tem procurado atender Guaratuba na medida do possível. Eu, como Presidente da Comissão de Orçamento, não me recordo nesta oportunidade de nenhuma Emenda, além do orçamento, do Deputado Renato Adur ao Município de Guaratuba. Tem, para o seu Município, o de Pitanga no que o Deputado faz muito bem. Como iria reagir o Deputado de Jacarezinho se lá o Deputado Nelson Justus, que não teve nenhum voto, apresentasse um projeto às coisas da sua Cidade? Como agiria o Deputado de Cambé se subitamente fosse apresentado nesta Casa um projeto de minha autoria, vez em que lá eu também não tive nenhum voto? Nada contrário a essa participação de todos mas, no mínimo, estranhável.

A justificativa da proposição do Deputado Renato Adur, é, por si só o melhor e maior argumento para que seu projeto seja rejeitado.

Primeiro: O transporte do "Ferry-Boat", Baía de Guaratuba, não é um simples e mero transporte de passageiros, como afirma o Deputado Renato Adur, mas sobretudo e essencialmente uma ligação rodoviária-marítima entre municípios, servindo de ponte entre a rodovia e Guaratuba.

Segundo: O "bom exemplo" citado em sua justificativa, isto é a ligação de Pontal do Sul à Ilha do Mel, é um Péssimo Exemplo, isto porque, ali sim, o transporte é exclusivo de passageiros, para um ambiente exclusivamente turístico, onde não trafegam veículos de nenhuma espécie.

Terceiro: O serviço do "Ferry Boat" não é deficitário, o que torna a afirmativa do Deputado Renato Adur inverídica. Para tanto, basta consultar o Departamento de Estradas de Rodagem. E ainda mais: O serviço, bem administrado é lucrativo!

Quarto: A quarta e última "argumentação" de que "não se fariam filas", também é falsa. Isto porque, dados técnicos do DER afirmam, que na época de movimento

mais intenso, para não existir nenhuma fila, seriam necessárias nada mais, nada menos que dezenove embarcações. E se isso ainda fosse possível, essas 19 embarcações seriam engarrafadas no mar!

Bastaria o que foi exposto, para que esta Casa considerasse os argumentos e justificativas do Deputado Renato Adur, absolutamente sem consistência, e até chegassem a nos perguntar: POR QUE A RAZÃO DESTE PROJETO?

No entanto, quero ainda apresentar razões mais fortes para que esta Casa desaprove este Projeto: No dia 11 de julho deste ano estive reunido com elementos ligados a todos os setores de Guaratuba, onde tive a oportunidade de ouvir atentamente às lideranças da comunidade. A imprensa daquela Cidade e a imprensa aqui da Capital exploraram muito aquela reunião histórica. A opinião unânime: todos nós somos contra a privatização, o que, no meu entender, demonstra que a administração pública ainda merece o respeito dos seus munícipes, uma vez que dela poderá ser cobrada com maior eficácia as reivindicações dos guaratubanos.

O "Ferry Boat" não é, especificamente, uma atração turística. É uma ponte sobre o mar, onde trafegam milhares de veículos, veículos de transporte, veículos de passeio, veículos de carga, a serviço do comércio, do abastecimento e do desenvolvimento. Este serviço jamais poderá estar à mercê de interesses particulares (grifo do orador), e sim, sob o mando do interesse público! (grifo do orador).

A Capitania dos Portos não poderá e não poderia jamais fornecer uma licença para balsas sem segurança, desprovidas de salva vidas, sem condições técnicas. E se isso ocorrer, ela assume uma responsabilidade enorme, porque já tivemos exemplos recentes em nosso País, de tragédias ocorridas com balsas desse tipo. Para aqueles que não sabem, as balsas que se encontram lá em Guaratuba são as mesmas do grupo Andreys que faz o trajeto no Rio Guaíba. E lá é um rio, meu Deus do céu! Não é um mar. Sem segurança alguma.

Nós temos que acabar com esse tipo de desleixo, com esse tipo de ganância e empresários que levaram a dor, a morte e o desespero a centenas de famílias, não só do Paraná como também do Brasil, como é o caso do "Bateau Mouche".

Com a privatização do "Ferry Boat", Srs. Deputados, como pretende o nobre Deputado Adur, a população ficará à mercê dos interesses particulares dos empresários, no que se refere a horários, a tarifas e a segurança. Por mais que o Governo possa se cercar de garantias, nós sabemos perfeitamente que ao lidarmos com a segurança de Vidas humanas, não devemos espe-



rar pela contravenção, e sim, pela prevenção.

Diz o ditado: "É melhor prevenir do que remediar".

Nós devemos, sim, todos, e aí sim, todos os Deputados trabalhar e desenvolver o máximo dos nossos esforços pela duplicação da BR-376. Porque aí sim, além de beneficiar o nosso Estado, ela dará acesso ao Sul do País, essa rodovia nos levaria com rapidez e segurança à variante que dá acesso a Guaratuba.

(E-lhe tirado o som)

Para concluir, Sr. Deputados:

Pelas razões expostas, pelo interesse do Estado, pela ética que deve existir dentro desta Casa, pelo Município de Guaratuba, pelo incentivo ao progresso do nosso Estado, pelas vidas dos nossos cidadãos, pela sua segurança, conclamamos, com todo o respeito que nos merece o nobre Deputado Renato Adur, que Vossas Excelências rejeitem o Projeto de privatização do "Ferry Boat".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Erondy Silvério.

O SR. ALGACI Túlio - Desejo encaminhar também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. Erondy Silvério com a palavra.

O SR. ERONDY SILVERIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A Bancada do Partido Trabalhista nesta Casa votará contrariamente ao Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Renato Adur e que visa a privatização do serviço do "Ferry Boat" na Baía de Guaratuba.

Ouvi atentamente o Orador que me antecedeu e ele explanou todas as razões para que esta Casa rejeite efetivamente o mencionado Projeto.

Apenas não concordando quando Sua Excelência dá um puxão de orelhas no Deputado Renato Adur, por ele ter apresentado projeto. Isto é prerrogativa de qualquer Deputado nesta Casa, apresentar Projetos de Lei, Proposições, é o que diz a Constituição, é o que diz o Regimento da Casa. Não há necessidade de ter sido votado num determinado Município, para que se apresente um Projeto de Lei. E depois há ainda uma coisa a acrescentar o serviço é estadualizado, serve-se de uma das barcas do "Ferry Boat" na Baía de Guaratuba e praticamente em todo o Paraná e em parte de Santa Catarina.

Portanto, é um Projeto de alcance Estadual, não é um Projeto Regional, não é um Projeto que vise levar a um determinado Município, um determinado benefício.

Portanto, eu acho um direito do Depu-

tado Renato Adur, em apresentar o Projeto de Lei, eu apenas não concordo, quando Sua Excelência já atrás do seu Projeto de Lei, apresenta um "lobby", para que um novo concessionário assuma, no caso de privatização os serviços da travessia da Baía de Guaratuba.

Ora, além de todos os inconvenientes expostos pelo nobre Deputado que me antecedeu, nós temos ainda o problema principal que é o problema segurança e tarifa.

O Problema de segurança, até hoje nenhum desastre de significação maior ocorreu no serviço Ferry Boat, executado pelo Estado do Paraná, porque há efetivamente um serviço de manutenção da melhor qualidade, de primeira ordem, e é verdade que em determinados períodos há um congestionamento de passageiros e de veículos a serem transportados. Mas como bem disse o orador que me antecedeu seriam necessários 19 barcas para a travessia da Baía, para se atender com precisão todas as pessoas que afluem lá, principalmente nos feriados e na época de férias.

Mas quem pode falar muito bem do Projeto de Guaratuba aqui é o meu nobre Deputado Heinz Herwig, sobre a sua direção, efetivamente quando ele dirigia a Secretaria dos Transportes, o serviço foi sensivelmente melhorado, com a colocação em serviço de uma nova unidade. Enfim, foi um serviço que satisfazia e satisfaz plenamente até hoje todas aquelas pessoas que demandam a Baía de Guaratuba e vice-versa.

Mas o problema tarifa que vem atrás da privatização é um problema muito sério, porque a confecção da planilha de custos, a Secretaria dos Transportes terá que remunerar o capital investido; e pelo que eu sei esse Capital investido constitui-se de barcas velhas que estão superadas pelo uso e pelo tempo, mas isto agravaria sensivelmente o problema de tarifa, e sendo os serviços executados sobre a égide do Estado, as tarifas são razoavelmente baratas. Não se pode dizer que a Secretaria dos Transportes cobra uma tarifa exagerada, o que não acontecerá se isso cair na mão de particulares.

Por essa e pelas razões já destacadas aqui pelo Deputado Justus, é que a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro irá votar contrariamente a Proposição; mesmo porque, não se admite que se faça "lobby" nesta Casa, com serviço de tanta importância, um serviço que diz respeito a segurança, que diz respeito aos interesses de toda a população do Paraná. O "lobby" tem lugar, mas nunca dentro da Assembléia Legislativa do Estado, que até hoje tem se portado de uma maneira decente, de uma maneira digna, de uma maneira que orgulha o povo do Paraná, porque aqui não há lugar para "lobby", porque aqui não há lugar pa-



ra que se façam leis que visem atender exclusivamente o interesse privado, aqui se faz leis do interesse coletivo. Essa é mais uma razão pela qual a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro votará contrariamente a proposição.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda inscritos para falar, Deputado Geraldo Cartário e Algaci Túlio. E agora, também o Deputado Heinz Herwig.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Para encaminhar, também, Senhor Presidente.

O SR. GERALDO CARTARIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados a posição da Bancada do Partido Social Trabalhista, nesta votação, com todo o respeito pelo Deputado Renato Adur, nosso companheiro, é a de acompanhar a proposição já aqui colocada pelo companheiro Nelson Justus. Mas, a nossa preocupação é maior ainda. E estamos dando um voto de confiança, um voto no trabalho iniciado com a iniciativa privada na travessia de Caiobá - Matinhos e Guaratuba.

Existe um trabalho, hoje, efetuado pelo DER, pelo Governo do Estado. E paralelamente iniciou-se um trabalho, não sei qual a empresa, mas existe um trabalho de iniciativa privada. O que o povo reclama, principalmente aquele morador, porque Guaratuba, hoje, não é só um balneário, Guaratuba é uma cidade, um município que tem vida própria. Mesmo fora da temporada. E o que preocupa sobremaneira o povo de Guaratuba e de Matinhos, da nossa Região, é precisamente a falta de atenção, a falta de cuidado pelo que se propaga e não se cumpre. Porque a imprensa divulgou através de notas, logicamente oficiais, que haveria um atendimento toda a noite, pelo menos de hora em hora no decorrer da noite.

Um cidadão, gerente do Banco do Estado que presta serviços no Estado de Santa Catarina, sabendo desta notícia saiu em busca de sua família, que se encontrava em Matinhos e qual a surpresa? Quando chegou a uma da manhã, não havia atendimento algum, para que ele pudesse se deslocar até Matinhos, ali encostado. Ele teve que retornar pela BR 101, a São José dos Pinhais e daí se dirigir a Curitiba. De Curitiba, voltar pela Rodovia das Praias e se dirigir até Matinhos. Isso é uma falta, até de educação para com a população quando se propaga o que não se cumpre.

Então, o nosso apelo é que a iniciativa privada, hoje, trabalhando paralelamente ao DER, que ou o Estado ou esta empresa de iniciativa privada cumpram e mantenham ali toda noite, o atendimento que se faz necessário em qualquer época do ano, espe-

cialmente agora.

Por isso é que a Bancada do Partido Social Trabalhista votará contra o Projeto do nosso companheiro, Deputado Renato Adur.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós também fomos eleitos com pouco mais de cem votos do Município de Guaratuba e por esta razão também nos sentimos na obrigação de estarmos aqui, neste momento, defendendo aquela população.

Além do mais, antes das últimas eleições à Prefeitura, estivemos por várias ocasiões visitando o comerciante Aldo Abage, sensibilizando-o no sentido de que aceitasse a difícil missão de concorrer mais uma vez, porque concorreu em várias oportunidades e infelizmente nunca chegando à vitória. E, desta feita, numa união entre o PL e o PDT nós conseguimos fazer com que Aldo Abage e nós demos uma parcela de colaboração, para que ele e Paulo Chaves chegassem à Prefeitura de Guaratuba, razão pela qual estivemos, na semana passada, naquele balneário, numa reunião com vereadores, com pessoas da comunidade, discutindo vários assuntos, entre eles a questão do ferry-boat. E não há a menor dúvida, como já disse o Deputado Nelson Justus, não há dúvida de que a população não tem o menor interesse de que venha ocorrer a privatização.

A privatização preocupa, principalmente com relação à questão de operação do serviço. O transporte é fundamental para o Município de Guaratuba, e é uma questão de utilidade pública, é um serviço essencial! E também não é esta maravilha que falam do ferry-boat, tem uma série de problemas, inclusive agora com a modificação que fizeram, por exemplo, quem desce para Guaratuba não paga nada, passa de graça, todo mundo fica alegre: "Que bom, não paga nada, todo mundo passa de graça", mas na volta você paga em dobro. Se você for pela BR-376 e resolve voltar pelo ferry-boat paga o dobro do preço, paga duas vezes. Então tem seus problemas ainda, e todos nós conhecemos: nós que convivemos com Guaratuba sabemos que tem uma série de problemas. Mas ainda é o melhor transporte, ainda é a melhor maneira de prestar o serviço.

Além do mais a empresa privada ela quer lucros, já foi dito aqui, eu vou repetir o óbvio, e isso evidencia inclusive a possibilidade da super-taxação e da decadência da qualidade do serviço prestado.

A ponte sobre a baía é um projeto a

longuíssimo prazo, e por isso o serviço de "ferry-boat" deve ser objeto de estudos mais detalhados. O atual projeto, resultou inclusive de discussão com a Prefeitura de Guaratuba, aliás não teve nenhuma discussão, eu quero entrar nesse ponto, cade a autonomia dos municípios? De repente estamos entrando aí, determinando que Guaratuba tenha outro tipo de atendimento no transporte coletivo, na Saúde, sem irmos lá discutir com o prefeito, com os vereadores, com a comunidade!

Com todo respeito ao Deputado Renato Adur, como já disse o Deputado Erondy Silvério, cada um aqui faz o Projeto que quer, mas seria de uma melhor intenção ter conversado com a comunidade antes de apresentar o projeto.

Tem mais um detalhe importante, estas barcas que foram colocadas lá em Guaratuba, ninguém sabe de onde vieram, ninguém sabe quem é o dono, o que tem por trás disso.

Já disse o Deputado Justus, vieram lá de Guaíra, no tempo em que se transportava quase que numa espécie de jangada.

Que segurança oferecem estas barcas?

Quem é o responsável por isso, quem é que determina? Que me informe na sequência, o Deputado Herwig, que já teve este setor na sua mão, quem é que determina a cobrança da travessia, através dessas barcas?

Que segurança, se o carro cai no mar, quem é que vai pagar este carro?

Uma série de problemas que necessitam de algumas indagações.

Além do mais a Prefeitura de Guaratuba não deu o alvará para o funcionamento destas barcas. Quem é que está todo-poderoso por trás garantindo a exploração, ilegalmente, pois não há alvará?

A Prefeitura de Guaratuba não deu alvará para que funcionem estas barcas. Quem vai ser o responsável por isso?

Ninguém, não há alvará. Nem o proprietário vai se responsabilizar por uma tragédia que vier a acontecer.

Então, além de não respeitar a autonomia do Município, está expressa na nossa Carta que nós votamos em 89, o respeito à autonomia do município, isso não está se respeitando, há uma intromissão no serviço público municipal.

Por esta razão, respeitando o bom trabalho que vem fazendo o Prefeito com todas as dificuldades que enfrentam hoje os prefeitos das pequenas e médias cidades, com todo respeito ao trabalho do Prefeito a reivindicação da comunidade que é contrária à privatização, no entanto ele pede, aproveita, e nós somos portadores aqui, neste momento de que se cobre do Governador um melhor serviço, no que diz respeito ao setor de "ferry-boat" especialmente

agora que vem aí uma temporada de verão, e ontem muita gente já pode sentir isso novamente, em que pese haver agora uma facilidade porque a estrada do morro já está aberta.

Hoje quem atravessa de Caiobá já sai direto pela estrada do Morro, lá na praia. Já não tem que entrar pelo antigo mercado que agora já foi destruído, não precisa entrar no meio da Cidade de Guaratuba, pois Guaratuba transcende de Matinhos, de Caiobá, hoje é Município que sobrevive sem a necessidade da temporada de verão, aí porque eu repito a intromissão no serviço Municipal, a intromissão na autonomia do Município.

Por esta razão Senhor Presidente, a Bancada do PDT também vota contrária à criação da privatização, porque afinal de contas, o Governador do Estado não quis autarquizar o Porto de Paranaguá, agora vai privatizar ferry-boat; quer dizer, é uma incoerência total que tenta se colocar aqui nesta Casa.

E vou mais ainda, o Parecer da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações desta Casa, dá o seu Parecer e fala: "O que compete a esta Comissão, conforme preceitua Parágrafo 6º, Artigo 33 do Regimento Interno, entende este Relator, Deputado, a assinatura aqui não sei de quem é, não consigo indentificar, entende o Relator contrário, pois conforme prova o Departamento de Estradas de Rodagem, através de Ofício anexo ao Projeto, o serviço não é deficitário e sim superavitário; outrossim embarcações encontram-se em bom estado de conservação.

O Governo Federal através do Departamento Nacional de Transportes Aquaviário opera também neste setor através de duas balsas".

Aí é que eu discordo quando fala que melhora o serviço, mas tenho minhas dúvidas e é preciso se verificar direitinho o que tem por trás dessas balsas aí.

Por esta razão Senhor Presidente, a Bancada do PDT vota contrário ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Heinz com a palavra.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Projeto do Deputado Renato Adur, talvez não tenha vindo em boa hora.

O serviço de "ferry-boat" que liga Matinhos a Guaratuba claro que não é um serviço exemplar, possui falhas, mas que seguramente nesses anos todos que inclusive tivemos a honra de comandar esses serviços, prestou serviços inestimáveis à população de Guaratuba e Matinhos.

Dizer-se que vão acabar as filas com a privatização do serviço do "ferry-boat"

não precisa dizer que é uma utopia, é uma mentira não podemos acatar.

Fila existirá inclusive se for executada a ponte ligando Matinhos com Guaratuba, mesmo com a ponte vão continuar existindo as filas porque o tráfego vai parar à medida que vai chegando em Guaratuba, isso é natural, tecnicamente isso está provado, então a fila vai continuar.

A tarifa de ferry-boat é social sim, é social porque o serviço de "ferry-boat" só dá lucro nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, onde a população vai em maior número para a praia de Guaratuba, no restante dos meses dá prejuízo; mas no conjunto ele é superavitário, dá lucro desde que tocado como tem sido tocado até agora, com pouca gente.

Uma empresa privada que queira usufruir lucro e precisa de lucro, pois nenhuma empresa vai tocar um serviço de "ferry-boat" com prejuízo, como é que vão ficar os meses fracos, os nove meses em que não há lucro?

A tarifa naturalmente vai aumentar. E o prejuízo é de quem? Não dos banhistas, das pessoas que vão ao Balneário, simplesmente para o lazer, em prejuízo sim da população que mora em Guaratuba.

Isso deve ser observado, é muito importante isso. Então, são coisas que devem ser analisadas numa hora como essa.

A solução, o Deputado Justus já falou e existe uma solução muito fácil, é simplesmente a construção da duplicação do trecho de Curitiba a Garuva, que foi iniciada no Governo passado e paralisada já há três anos.

Com essa duplicação até Garuva e o Governo Estadual fazendo uma terceira faixa na estrada de Garuva a Guaratuba, seria resolvido tranquilamente esse problema que só existe nas horas de pico, existe durante quanto? Existe durante trinta dias, se se somar os finais de semana ao longo do ano todo.

São investimentos muito grandes que teriam que ser executados para resolver este problema.

Enquanto que a solução da duplicação de Curitiba a Garuva que sempre propus e que tenho certeza teremos o apoio de toda a comunidade, de todos os Deputados deste Estado, resolveríamos facilmente este problema.

E a travessia, os "ferry-boat", seriam apenas para as pessoas que se locomovem de Guaratuba à Caiobá, à Matinhos. Esta seria uma solução, esta privatização que seguramente iria piorar em termos de custo.

As tarifas vão aumentar. Para alguém ter lucro vai ter que aumentar a tarifa.

Vai piorar em termos de segurança. Porque a segurança sempre foi fator pri-

mordial para o serviço da travessia. Haja vista que nestes anos todos que temos conhecimento, não houve até hoje um acidente com morte naquela travessia. E é uma travessia perigosa.

Não sabemos o que vai ocorrer se uma empresa tomar por si este serviço e vai procurar o lucro simplesmente.

Isto é muito perigoso. Esta travessia tem dado mais alegrias do que tristezas. As tristezas existem porque não é possível que alguns serviços, como o de "ferry-boat" possam ser programados para o "pico".

Como falei, até uma construção de uma ponte não vai resolver o problema.

Particularmente, sou contrário à construção da ponte. Acho que a ponte vai transferir o problema das pessoas que vão aguardar nas filas para dentro da cidade.

A cidade de Guaratuba, e as cidades de Caiobá e Matinhos, não possuem infraestrutura e não possuem condições de receber o tráfego constante de veículos, principalmente os com carga pesada, que iriam passar por esta ponte, se ela fosse construída.

Hoje, achamos que não é hora de se fazer esta privatização.

Teria que ser feito um estudo muito grande para que se possa, futuramente, fazer a privatização deste porto.

O que precisa é dar apoio é o Governo do Estado dar apoio ao DER do Paraná, para que ele possa manter as suas equipes funcionando 24 horas por dia, possibilitando as horas extras que são necessárias e permitindo a compra de peças de reposição para emergência.

Isto é que é necessário. Não a privatização.

Por isto somos contra a privatização hoje no serviço de "ferry-boat" Guaratuba a Matinhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já que estamos conversando sobre mar, acho que tanto a empresa Andreis, como o Deputado Renato Adur, entraram no "canto da sereia". Acontece que esta empresa que está operando hoje na travessia de Guaratuba, já em fevereiro dividiu suas balsas em Guaíra e se deslocou até a cidade de Paranaguá, com a promessa de que faria com exclusividade a travessia Guaratuba-Matinhos. Guaratuba porto de passagem.

Duas balsas foram deslocadas para a cidade de Paranaguá, uma dividida em três. E a outra dividida em dois. Esta mesma que

se dirigia ao Litoral neste final de semana, foi dividida em dois pedaços. Balsas essas totalmente obsoletas para aquela travessia, porque o fluxo de uma maré é muito diferente do que a correnteza de um rio. Errou o Deputado Renato Adur em escutar quem escutou, para entrar com este projeto que embora o Deputado Silvério disse que o Deputado tem o dever de entrar com os projetos, nós concordamos também, só que errou. Errou quando escutou alguém, - e os Senhores devem deduzir quem é, de que deveriam trabalhar em favor da empresa Andreis. Empresa esta séria, no município de Guaíra, Empresa esta que já levou a um prejuízo de 90 milhões de cruzeiros com a espera para a instalação da balsa. Empresa esta que usou terrenos do porto, usou equipamentos do porto para deslocamento da balsa ao mar.

Esta é uma história do que aconteceu e do que aconteceu. Segundo as más línguas dizem é um compromisso de campanha o fato de a empresa Andreis estar lá esperando o serviço do porto de passagem até o município de Guaratuba.

O que nós queremos, e eu tenho certeza de que a Bancada do PRN vota totalmente contra o projeto do Deputado Renato Adur, só que tanto o Deputado Renato Adur entrou no "canto da sereia" como a empresa Andreis entrou e deve, após os maus serviços que tem prestados porque não tem o "Know how" necessário, ser eliminada da travessia de Guaratuba.

Portanto, eu peço a coerência de todos os Senhores Deputados para que, conforme o relato do nobre colega Nelson Justus, votemos contra o projeto de Deputado Renato Adur, pois, senão todos estaremos também entrando no "canto da sereia".

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, V.Exa. me permite apenas para registrar uma posição?

(Assentimento)

Eu quero dizer que a nossa Bancada está liberada para votar de acordo com a posição que achar mais conveniente, mas eu particularmente, na condição de líder interino, eu voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que rejeitam o projeto conservem-se como estão. Rejeitado com o voto do eminente líder, contrário.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 181/91, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier e outros, que fixa normas para criação de Conselhos Escolares nos termos do artigo 178, inciso VII da Constituição Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.E.C.E. Com Substitutivo Geral da C.E.C.E. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ.

no D.A. nº 53, de 15.05.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROPOSIÇÃO Nº 181/91

P A R E C E R:

Em analisando o Projeto de Lei nº 181/91, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, que fixa normas para criação de Conselhos Escolares nos termos do artigo 178, inciso VII da Constituição Estadual, sob os aspectos legais, Constitucionais e Regimentais, concluímos, com a ressalva de que a nomeação adequada seria lei complementar, uma que visa regular preceito Constitucional, que seja o mesmo encaminhado a plenário, uma vez que óbices maiores não encontramos que pudessem impedir sua tramitação.

E o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### PROJETO DE LEI Nº 181/91

P A R E C E R:

O Plano de lei em tela, de iniciativa do Nobre Deputado Florisvaldo Fier, objetiva fixar normas para a criação de Conselhos Escolares, nos termos do Art. 178, inciso VII, da Constituição Estadual.

Como enseja o teor da informação da Secretaria de Estado da Educação, que integra o acervo documental da Proposição sob exame, o Projeto não apresenta condições de ser acolhido, porquanto o grau de omissões e o sentido da inteligência que despreende não atendem o objetivo que se deve colimar com tão importante peça legal.

Isto posto, somos pelo acolhimento da Proposição, na forma do Substitutivo Geral, anexo, procedente da transcrição da Resolução Secretarial nº 2.000/91, Capítulo III.

Sala das Comissões, em 07.10.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO

### PROJETO DE LEI Nº 181/91

Artigo Único - O Projeto de Lei nº 181/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, com o objetivo de estabelecer, para o âmbito da escola, crité-

rios relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação em vigor e compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores da Escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento.

#### Seção I - Da Constituição e Representação

Art. 3º - O Conselho Escolar será instituído pelas seguintes categorias:

- a) Diretor.
- b) Um representante da Supervisão de Ensino ou da Orientação Educacional.
- c) Um representante da Equipe Administrativa.
- d) Um representante de professores atuantes em sala de aula, por grau e modalidade de ensino.

e) Um representante de alunos por grau e modalidade de ensino, exceto nos Estabelecimentos de Ensino de 1.ª a 4.ª séries do 1º Grau.

f) Um representante de pais ou responsáveis por alunos regularmente matriculados, por grau e modalidade de ensino.

g) Representantes indicados pelos segmentos organizados da sociedade, no mínimo um e no máximo cinco, designados pelo Secretário de Estado da Educação, em ato próprio.

§ 1º - O número de representantes da escola (alíneas b, c, d e e) deverá ser igual ao número dos demais representantes (pais e segmentos da sociedade), obedecendo ao critério de paridade.

§ 2º - Caso haja um maior número de membros entre as categorias de pais e representantes dos segmentos organizados da sociedade, a paridade se confirmará com igual número de professores.

§ 3º - Caso haja maior número de membros entre as categorias contidas nas alíneas b, c, d, e, a paridade se confirmará com igual número de pais.

§ 4º - No caso dos estabelecimentos de ensino não poder contar com representação de uma ou mais categorias, o Conselho Escolar prescindirá desta, devendo entretanto, manter a paridade.

Art. 4º - Os membros do Conselho Estadual, bem como seus suplentes, serão indicados por seus pares, nos termos das categorias contidas no Art. 3º, exceto na alínea g, em reuniões convocadas para este fim, pelo diretor do estabelecimento de ensino.

§ 1º - A categoria contida na alínea g terá reunião própria com o fim indicar

seus representantes.

§ 2º - A reunião mencionada no caput deste artigo, será convocada:

a) com antecedência mínima de cinco dias úteis;

b) através de convite e edital de convocação, contendo local, data, horário e pauta da reunião;

c) em primeira convocação, com a presença de um terço dos seus pares ou em segunda convocação, após 30 minutos, com qualquer quórum.

Art. 5º - A presidência do Conselho Escolar será exercida pelo diretor do Estabelecimento de ensino, na qualidade de membro nato.

Art. 6º - O mandato dos integrantes do Conselho Escolar, deverá coincidir com o mandato do Diretor, na forma da lei vigente.

Art. 7º - Os representantes das categorias que foram indicados por seus pares, terão seus nomes relacionados e encaminhados pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino, ao Secretário de Estado da Educação, para designação como Membro do Conselho Escolar, em ato próprio.

Art. 8º - Os Membros do Conselho Escolar não receberão qualquer tipo de remuneração, nem os representantes das categorias contidas nas alíneas e, f e g terão qualquer vínculo empregatício com o Estado.

Art. 9º - Caso a atuação do Conselho Escolar não seja condizente com as normas estabelecidas neste regimento, ou incompatível com a dignidade de suas funções, o Secretário de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, poderá destituí-lo como um todo, mediante instauração de processo administrativo ou disciplinar, devendo ser constituído um novo Conselho Escolar.

#### Seção II - Das Atribuições

Art. 10 - São atribuições do Conselho Escolar:

I - Analisar e aprovar o Plano Anual do estabelecimento de ensino;

II - acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Plano Anual;

III - analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implantação, e aprovar se for o caso;

IV - apreciar e julgar os casos dos alunos que não cumprirem seus deveres e infringirem as normas expressas no regulamento interno do estabelecimento de ensino;

V - apreciar e emitir parecer quanto a reivindicações e consultas da Comunidade Escolar, sobre questões de seu interesse

ou que digam respeito ao cumprimento do regimento escolar;

VI - apreciar e aprovar o Plano de Aplicação e Prestação de Contas de Recursos Financeiros;

VII - apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar, quando do não cumprimento das normas estabelecidas neste regimento e/ou procedimentos incompatíveis com a dignidade da função, encaminhando tal documento para a Secretaria de Estado da Educação;

VIII - Supervisionar, juntamente com o Diretor, a exploração da Cantina Comercial, conforme a Lei vigente;

IX - Deliberar sobre outros assuntos encaminhados pela direção, pertinentes ao âmbito de ação da escola.

### Seção III - Do Funcionamento

Art. 11 - O Funcionamento do Conselho Escolar dar-se-á através de:

I - Reuniões ordinárias bimestrais convocadas pelo presidente, com 72 (setenta e duas) horas no mínimo de antecedência, com pauta claramente definida no ato de convocação;

II - Reuniões extraordinárias sempre que necessário:

a) por convocação do presidente do Conselho Escolar;

b) a pedido de um terço de seus membros em requerimento dirigido ao presidente, especificando o motivo da convocação.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias também terão sua convocação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pauta claramente definida no ato de convocação.

Art. 12 - As reuniões ordinárias e extraordinárias realizar-se-ão, em primeira convocação, com um terço dos membros do Conselho Escolar ou, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer quórum.

Art. 13 - As reuniões serão lavradas em livro próprio aberto para esta finalidade, por Secretário "ad hoc", para registro, comunicação ou divulgação.

Art. 14 - Na ausência injustificada de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, no período de 1 (um) ano, o membro do Conselho será destituído e o preenchimento de cargo de representação das categorias mencionadas no Art. 3º, dar-se-á mediante nova indicação.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 10.11.91.

(a) RENATO ADUR

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando adia-

mento de discussão e votação por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 181/91. Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 181/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/91, de autoria do Senhor Deputado EURIDES MOURA, que cria Corpo de Guarda Escolar. (Segurança das Escolas Estaduais). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., S.P. e C.E.C.E. Anexo Projeto de Lei nº 316/91, autoria do Deputado José Alves. EM REGIME DE URGÊNCIA (Publ. no D.A. nº 67, de 11.06.91.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 232/91

P A R E C E R:

Encontra-se nesta Comissão Técnica, para a devida análise, o Projeto de Lei nº 232/91, de autoria do eminente Deputado Eurides Moura, dispondo sobre a criação do Corpo de Guarda Escolar na estrutura na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sob o aspecto jurídico invocamos, para a análise da matéria, o disposto no artigo 66 da Constituição do Estado, que estabelece:

"Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - ...

II - ...

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública." (grifos nossos).

Neste sentido, em vista das disposições constitucionais retro transcritas, a matéria é reservada à iniciativa privativa do senhor Chefe do Poder Executivo Estadual.

Entretanto, em vista da importância da matéria tratada e seguindo a praxe desta Comissão Técnica no sentido de não apresentar óbice à tramitação de projetos de lei de caráter meramente autorizatório, manifestamos nosso Parecer Favorável ao prosseguimento da tramitação legislativa do Projeto de Lei nº 232/91.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 27.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

#### PROJETO DE LEI Nº 232/91



P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, cria dentro da estrutura da Polícia Militar do Estado do Paraná o Corpo de Guarda Escolar, para cuidar da segurança das escolas estaduais.

A medida é das mais louváveis, pois as crianças e adolescentes que freqüentam nossas escolas precisam ter garantida a sua segurança. O Corpo da Guarda Escolar surge como uma alternativa capaz de atender a esta necessidade das escolas, tranquilizando pais e professores.

Em que pese a matéria chocar-se com o disposto no artigo 66 da Constituição do Estado, constituindo-se em assunto cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a douta Comissão de Constituição e Justiça não apresentou óbice ao trâmite da mesma - inclusive por tratar-se de projeto de lei de caráter meramente autorizatório.

Assim, considerando o mérito da medida, especialmente o seu inquestionável alcance social, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### PROJETO DE LEI Nº 232/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, tem por finalidade criar Corpo de Guarda Escolar. (Segurança das Escolas Estaduais).

Sobre a matéria houve os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Segurança Pública.

No âmbito desta Comissão de Educação e Cultura não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 232/91. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para encaminhar o requerimento, Sr. Presidente.  
Assentimento.

Senhor Presidente, com todo o respeito ao Deputado Eurides Moura, eu já falei na Tribuna eu acho que cansei aos Senhores Parlamentares, mas eu queria dizer nesta Casa que o Projeto é de fundamental importância, é um projeto segundo o relator, Deputado José Tavares, diz ele no seu parecer: (Lê)

#### "COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 232/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, cria dentro da estrutura da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Corpo da Guarda Escolar, para cuidar da segurança das escolas estaduais.

A medida é das mais louváveis, pois as crianças e adolescentes que freqüentam nossas escolas precisam ter garantida a sua segurança.

O Corpo da Guarda Escolar surge como uma alternativa capaz de atender a esta necessidade das escolas, tranquilizando pais e professores.

Em que pese a matéria chocar-se com o disposto no artigo 66 da Constituição do Estado, constituindo-se em assunto cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, a douda Comissão de Constituição e Justiça não apresentou óbice ao trâmite da mesma - inclusive por tratar-se de projeto de lei de caráter meramente autorizatório."

Quer dizer, diz aqui o Deputado José Tavares que isso aqui é de iniciativa do Governador Roberto Requião, mas a idéia é do Deputado Eurides Moura, por isso que eu sou contrário que Vossa Excelência retire esse projeto.

Eu sou contrário. O momento não é para retirar esse projeto, o momento é para se votar.

O Projeto de Vossa Excelência é de fundamental importância ao Estado do Paraná, Deputado Eurides.

Vossa Excelência não sabe o cunho de importância que tem esse projeto, ele é de fundamental importância a todas as escolas, sejam elas estaduais. É uma pena.

Já que é autorizatório não custa nada nós aprovarmos. Vossa Excelência está dando uma autorização ao Governador Roberto Requião, ele vai fazer se ele quiser.

Então, é uma idéia que nós não poderemos deixar de votar, Senhores.

É uma idéia arrojada! Quantos crimes estão acontecendo nas portas das nossas escolas. Quantos assassinatos! Quantos homens em cadeiras de rodas! Há violência de drogas, há violência de toxicomania nas portas das escolas?

Então, por que retirar?



É um projeto autorizatório, é uma idéia sublime, uma idéia linda que Vossa Excelência está trazendo ao Estado do Paraná.

E nós da Comissão de Segurança Pública aplaudimos a sua idéia e gostaríamos, eu pediria a esta Casa, àqueles que quiserem votar comigo, eu voto contra a aprovação desse Requerimento.

O Sr. Eurides Moura - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento) -

Apenas para justificar que o Requerimento não é de minha autoria, mas que este projeto se aprovado e sancionado pelo Sr. Governador só entrará em vigor a partir de 1993, porque num determinado artigo nós determinamos 120 dias para a regulamentação da lei. Evidentemente nós estamos no final do ano e não haverá o tempo hábil para que haja regulamentação e que este projeto possa ter validade a partir de 1992. Então, evidentemente, embora não sendo meu Requerimento, mesmo que venha a ser aprovado hoje este projeto de lei em 1.ª discussão, evidentemente ele não entrará, o seu efeito não surtirá para 1992, em função dos 120 dias. Mas eu agradeço mais uma vez o Deputado claro, grande companheiro, grande amigo, que defende com sabedoria o nosso projeto e me dá alegria. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Então, mas é uma idéia. Se vai colocar em 93, no ano 2000, no ano 10.000, 50.000, 300.000, isto é problema do futuro Governador, do outro Governador que vai adentrar ao Palácio Iguazu. O importante é que se aprove uma idéia. Vamos aprovar esta idéia, gente! Vamos levar segurança às escolas estaduais do Estado do Paraná. Não custa nada, meu Deus do Céu. Se todas as idéias que nós trouxermos aqui nós temos que pedir aos pais e as mães do Estado do Paraná, de tão importante que é este Projeto. Já foi criada uma Guarda Municipal na Capital pelo Prefeito Jaime Lerner, que está prestando serviço, queiram ou não queiram, também na porta das escolas e tem aí o testemunho do Vice-Prefeito desta grande Capital que é o Deputado Algaci Túlio, e por que não criarmos essa guarda escolar? É uma idéia. Por que deixar para daqui 10, 20, 30, 40 sessões? Vamos mandar a idéia ao Governo. Ele vai receber a idéia e vai ler: o Deputado Eurides está me dando aqui uma grande idéia: criarmos a Guarda Escolar nos estabelecimentos educacionais do Estado do Paraná. É uma idéia que Vossa Excelência está plantando no Estado do Paraná, e me permite, eu serei o primeiro a falar ao Estado do Paraná da sua brilhante idéia e que tem que ser aprovada. Gostaria

que os companheiros votassem comigo. Rejeitassem esse Requerimento e votássemos em primeira votação este projeto de fundamental importância à família brasileira do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anunciou o Requerimento como se fosse de autoria do Deputado Eurides Moura e mantém esta informação. O Deputado Eurides Moura é o primeiro signatário, portanto autor do Requerimento, e o Deputado Nelson Garcia dá apoio.

O SR. EURIDES MOURA - Por uma questão de ordem, nobre Presidente, de fato a redação não me pertence. Eu fui solicitado a subscrever o Requerimento, o fiz, porque como disse não vai alterar muito este projeto ser votado hoje ou daqui a dez dias, porque lamentavelmente se aprovado e sancionado pelo Senhor Governador, a sua eficácia só acontecerá em 1993. Mas se eu puder retirar o Requerimento eu o faço. Então, permita-me fazer a pergunta, porque de fato não ocorre ao meu conhecimento profundo se eu posso retirar o Requerimento. Se posso retirá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência é o dono da bola. Pode retirar.

O SR. EURIDES MOURA - Então está retirado a partir deste instante.

Eu gostaria que ele entrasse então em discussão e votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto do Deputado Eurides Moura, conservem-se como estão.

Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que cria o Município de Ourilândia, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69 de 13.06.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 237/91

##### PARECER:

Analizando a documentação anexa ao presente protocolado, constatamos que a mesma preenche os requisitos constitucionais, legais e regimentais aos quais a matéria está sujeita.

Assim sendo, opinamos pela aprovação

da Proposição, conforme Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. Com EMENDAS da C.A.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 69 de 13.06.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 246/91

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Orlando Pessuti, conhecedor profundo da matéria, apresenta para apreciação o presente Projeto de Lei nº 246/91, que estabelece Diretrizes da Política Agrícola Estadual, adotando também, outras providências.

O Plenário desta Casa Legislativa, acolheu requerimento de Regime de Urgência para o Projeto. O Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça designou este Parlamentar como Relator, que emite o parecer dentro do prazo regimental.

Por ser meritória a questão agrícola e a legislação pertinente, o autor conseguiu apoio de significativo número de Deputados, de bancadas diversas, os quais poderão propor, oportunamente e se assim o desejarem, junto com os demais Pares, melhorias neste plano legal.

O Projeto está rigorosamente em consonância com a Constituição Federal, quando prevê uma política agrícola de forma a preservar o meio ambiente, de maneira responsável, prevendo uma integração perfeita entre o homem e a natureza.

Quanto à Constituição Estadual, mais do que em sintonia, estamos diante do cumprimento de um dever, haja vista o disposto no artigo 154:

"A política agrícola estadual será planejada, na forma da lei..."

Legalmente nada impede a normal tramitação do Projeto nesta Assembléia Legislativa Estadual.

Por outro lado, nos deparamos com uma falha de ordem regimental, uma vez que o Projeto, não está seguido de justificações sucintas. Entendo, no entanto, que o Projeto justifica-se por si só, e que o autor, por certo, o defenderá na oportunidade correta, esclarecendo dúvida que possa ocorrer e sanando, assim, a pequena omissão.

Além do mais, a urgência exigida pelo meio agrícola e pretendida pela Assembléia, não comporta uma possível diligência por tão pequena razão, levando-se em conta que o Projeto já foi amplamente debatido pelos paranaenses interessados.

Desta maneira, entendendo a douta C.C.J. da mesma forma, apresento parecer favorável a normal tramitação do Projeto, com a consequente apreciação pelo soberano Plenário, sempre resguardando o direito de manifestação oportuna quanto ao mérito.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 246/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o presente Projeto de Lei estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual.

Sobre os aspectos da legalidade e da constitucionalidade, manifestou-se a Comissão de Constituição e Justiça pelo parecer favorável, posicionando-se pela aprovação do plano de lei em questão.

Chamada, regimentalmente, a opinar naquilo que lhe promete, conforme o § 5º do Art. 33, do Regimento Interno desta Casa, posiciona-se este Relator, igualmente, de forma favorável à matéria apresentada, já que em parecer da Comissão de Constituição e Justiça o plano de lei em questão foi dado como constitucional e legal e quanto ao seu aspecto meritório é este altamente relevante, por ser a atividade econômica e social do nosso Estado consubstancialmente agrícola e que a aprovação da presente proposição em muito beneficiará o nosso Estado, retomando-se ao caminho do desenvolvimento e do progresso tão merecidos pelos esforços do povo paranista.

Assim sendo, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 246/91, com as emendas anexas de autoria do Deputado Severino Félix e outros e dos Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, no que se refere ao Art. 32, parágrafo único e a inclusão no capítulo X do Art. 37, remunerando-se os demais e rejeitando-se os demais conforme as justificativas em anexo.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(aa) SEVERINO FÉLIX

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

EMENDA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AO PROJETO DE LEI N° 246/91.

- Inclua-se no artigo 8°:

n) Representante da União Paranaense das Associações de Criadores-UPAC.

o) Representante da Bolsa de Mercadorias do Paraná.

- Modifique-se no artigo 8°, onde se lê:

c) Representante da Secretaria do Meio Ambiente leia-se Representante da Secretaria de Estado para assuntos do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em 26.06.91

(a) SEVERINO FELIX

Apoio: João Preis, Nelson Garcia, Orlando Pessuti, José Tavares, Dirceu Manfrinato, Toti Colaço, Costenaro Neto, Eurides Moura.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N° 246/91

Inclua-se no Capítulo X o seguinte artigo:

Art. - O Estado implantará escolas especiais de alfabetização dos assalariados rurais, adaptadas às condições de trabalho sazonal.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 246/91

O Artigo. 32 passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 - De acordo com o preceito constitucional, compete ao poder público satisfazer as necessidades básicas dos micro, pequenos produtores e assalariados rurais e suas famílias nas áreas de educação, atendimento médico, saneamento e assistência social.

Parágrafo Único - O atendimento médico-hospitalar ao assalariado rural será adaptado à sua jornada de trabalho, com atendimento noturno.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AS EMENDAS DOS SENHORES DEPUTADOS OVIDIO CONSTANTINO, FLORISVALDO FIER E ERNANI PUDELL

Emenda que modifica o Art. 4° do Projeto de Lei n° 246/91:

Rejeitada.

Justificativa:

A Resolução do Banco Central do Brasil, de 16 de julho de 1991, estabelece parâmetros de classificação dos produtores, para efeito dos benefícios do Crédito Rural. O estabelecimento da categoria de micro produtor, não oferece qualquer resultado prático, pois a categoria pequeno produtor absorve a do micro produtor. O Projeto de Lei n° 246/91, apresenta tratamento diferenciado, tão somente ao pequeno produtor rural. Em face disso, também não se verifica efeitos práticos, o estabelecimento da classificação dos micro produtores. Consoante já existir dispositivo legal da União, que estabelece a classificação dos produtores rurais, desnecessário se faz outras classificações. Vide, ainda, o conteúdo da Resolução n° 1842/91, do Banco Central do Brasil em anexo.

Emendas Modificativas dos Arts. 18, 20, 22, 31, 32, 33, 39, 41, 45, 46 e 52:

Rejeitadas.

Justificativa:

Por ter sido rejeitada a emenda modificativa do Art. 4°, que criava a classificação do micro produtor, a emenda ao Art. 22, foi também rejeitada, pelo fato de que não será pertinente a participação de entidades associativas, em todo e qualquer colegiado existente. A emenda ao Art. 33, foi ainda rejeitada, em razão de ser o Art. 36, mais abrangente. A emenda ao Art. 20, foi rejeitada também porque o texto é redundante com o Art. 4° deste Projeto, porque o pequeno produtor já é contemplado com a devida prioridade. A exclusividade se antepõe ao princípio da economia de escala. A emenda ao Art. 41 foi também rejeitada, porque o caráter "diferenciado" já está contemplado no Art. 4°, por não ser recomendável eliminar-se a Assistência Técnica Privada, e porque a questão da Assistência Técnica Oficial já está contemplada no Art. 41, § 2°, do presente Projeto de Lei.

Emenda Aditiva ao Art. 38:

Rejeitada.

Justificativa:

Por ter sido rejeitada a emenda modificativa do Art. 4°, que criava a classificação do micro produtor.

Emenda Modificativa do Art. 8°:

Rejeitada.

Justificativa:

O Projeto contempla o n° mínimo de integrantes do Conselho, todavia, salvo pequenas modificações, a alteração, como propõe a presente emenda, contraria a opinião consensual obtida nas reuniões conjuntas do Bloco Agropecuário e as entidades que em nome do setor rural contribuiu para a elaboração do presente texto de

Lei.

Emenda que modifica o Art. 23:

Rejeitada.

Justificativa:

A proposta é discriminatória. O ato cooperativo é regido por Lei Federal.

Emenda Modificativa dos Arts. 25 e 27:

Rejeitada.

Justificativa:

A proposta é, em tese, discriminatória. Os aspectos do manejo de solo e da água e as obras de proteção do meio ambiente é questão técnica, pois microbacia não abrange pequenos e médios produtores. Todos os produtores, pequenos, médios e grandes precisam atender às exigências técnicas para que um sistema de proteção do meio ambiente possa realmente se efetivar.

Emenda modificativa do Art. 35:

Rejeitada.

Justificativa:

A garantia de cumprimento dos acordos e contratos coletivos de trabalho é competência da União, através de Lei Federal.

Emenda aditiva sobre assentamentos:

Rejeitada.

Justificativa:

Já contemplada no Art. 37.

Emenda modificativa do Art. 40:

Rejeitada.

Justificativa:

Tendo em vista que a Extensão Rural Oficial, no Paraná, já realiza as ações pertinentes aos assentamentos (Art. 40), não há necessidade de ser criada uma estrutura especial, com a finalidade de executar esta mesma tarefa.

Emenda modificativa do Art. 44:

Rejeitada.

Justificativa:

Não há definição do montante dos recursos para financiamentos. O Conselho poderá sugerir a melhor forma de aplicação dos recursos.

Emenda modificativa do Art. 46:

Rejeitada.

Justificativa:

Além da questão dos micro produtores já comentada anteriormente, há ainda que se observar que a emenda omite os módulos; sua redação é confusa, e a finalidade da Lei não é a de transformar o pequeno produtor em grande produtor.

Emenda supressiva do Art. 59:

Rejeitada.

Justificativa:

É um contrasenso a eliminação de possibilidade de que se obtenham recursos tão necessários ao financiamento do desenvolvimento agrícola e rural.

Emenda supressiva do Art. 62:

Rejeitada.

Justificativa:

Ouvidas as principais entidades representativas do setor rural, entenderam estas, que o Art. 62 deva ser mantido no texto atual do Projeto de Lei.

Emenda aditiva sobre seguro agrícola:

Rejeitada.

Justificativa:

O seguro agrícola deve ser tratado em lei específica sobre a matéria.

Emenda aditiva do Art. 24:

Rejeitada.

Justificativa:

Já contemplada no Art. 24 (demais dispositivos legais).

Emenda modificativa do Art. 34:

Rejeitada.

Justificativa:

A proposição é apenas questão de semântica, que não encontra, em si mesma, razão para que se modifique a redação original do referido artigo.

Emenda aditiva ao Capítulo X sobre o cumprimento de Lei Federal:

Rejeitada.

Justificativa:

Cumprir com o estabelecido em Lei é dever geral de todo cidadão. O desconhecimento da Lei não exime ninguém da respectiva responsabilidade dos atos praticados.

Emenda aditiva ao Capítulo X, sobre agrotóxicos:

Rejeitada.

Justificativa:

A Lei dos Agrotóxicos já trata da questão, assim como também o Art. 54 deste Projeto de Lei.

Emenda aditiva ao Capítulo X, sobre o descumprimento de legislações, trabalhista, previdenciária e de agrotóxico:

Rejeitada.

Justificativa:

Na linha prática é de difícil operacionalização. Todos terão que provar. É muito burocratizante.

Emenda substitutiva do Art. 47 (leia-se 37, pois a proposta de emenda tem erro de redação):

Rejeitada.

Justificativa:

Está contemplada no Art. 37 deste mes-

mo projeto de lei. Trata-se ainda, de mera cópia da Constituição Estadual, não se justificando sua repetição como texto específico desta Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) SEVERINO FÉLIX PESSOA

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Inicialmente eu gostaria de requerer à Mesa que fizesse publicar amanhã na Ordem do Dia todas as emendas apresentadas pela bancada do Partido dos Trabalhadores relacionadas ao projeto em discussão. Nós tivemos publicados na Ordem do Dia tão somente alguns dos pareceres efetuados pela Comissão de Agricultura da Casa, e os pareceres muitas vezes não trazem o espírito das emendas que foram apresentadas e, mais do que isso: nós, lendo esses pareceres, achamos que eles podem induzir os Senhores Parlamentares, no nosso entendimento, em erro.

Nós queremos a publicação, se for possível, das emendas que nós apresentamos para a sessão de amanhã, para que nós possamos defendê-las - a partir do teor e conhecida de todos os Parlamentares - em Plenário, porque nós entendemos que a Lei Agrícola, tal como foi proposta, ela não passa, com o devido respeito, de uma grande "carta de boas intenções". E nós pretendemos, com as nossas emendas, estabelecer alguns critérios, normas, diretrizes, de forma a tornar claros e eficazes os princípios que esta Lei está propondo para a política agrícola do Estado do Paraná.

Então, mais do que isto, aproveito para dizer que nós votaremos hoje favoravelmente em 1ª discussão, mas pretendemos, a partir de amanhã, iniciar um trabalho de discussão e convencimento do Plenário, porque entendemos que as nossas emendas são de fundamental importância para a qualidade desta Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que tem no projeto, três emendas de autoria da Bancada do PT. São essas as emendas?

O SR. ERNANI PUDELL - As que foram publicadas, Senhor Presidente, foram aquelas que tiveram parecer favorável; várias outras emendas que tiveram parecer contrário da Comissão não foram publicadas. Quer dizer, nós temos o parecer da Comissão e não as emendas. E isso que nós queremos para que amanhã os Senhores Parlamentares tenham o conhecimento do teor das nossas

emendas e que nós possamos argumentar contrariamente ao parecer da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retiro o projeto por 48 horas da Ordem do Dia, a fim de que as emendas façam parte do referido projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, autoriza o Governo do Estado a pagar a "Gratificação de Regência de Classe" aos professores aposentados. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade. Em REGIME DE URGENCIA. (Publ. no D.A. nº 112, de 10.09.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 400/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Paulo Maia, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado a pagar a Gratificação de Regência de Classe aos professores aposentados.

Ressaltando o aspecto meritório da questão, e a conveniência e oportunidade da matéria, como também o caráter autorizatório da iniciativa, nada encontramos que constitucionalmente, legalmente e regimentalmente possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando o Plano de Lei em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei em exame.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 400/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de iniciativa do Deputado PAULO MAIA, propõe autorizar o Governo do Estado a pagar a Gratificação de Regência de Classe aos professores aposentados.

No mérito, a proposição está apta a regular tramitação legislativa, o que enseja o seu acolhimento.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

## PROJETO DE LEI Nº 400/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em epígrafe, proposto pelo nobre Deputado PAULO MAIA, objetiva autorizar o Governo do Estado a pagar a Gratificação de Regência de Classe aos professores aposentados.

A extensão do direito, em tese, está previsto no art. 35, § 3º, da Constituição do Estado, mesmo que sem ditar ou limitar o período de exercício da função. Aí, especificamente nesse ponto, o contido no teor do Plano "sub exame" se distingue do dispositivo Constitucional quando estabelece parâmetros temporais de exercício da função.

Conquanto a matéria pudesse merecer reparos no que concerne ao lapso temporal da "função gratificada", é de ser acolhida para a discussão de Plenário, o que a classifica com louvor à aprovação desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.10.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos apresentando nesta oportunidade, nesta Casa, projeto de lei a ser analisado por este Plenário, que visa contemplar os professores aposentados da rede pública estadual, com direito de gratificação de regência de classe, implantando a partir de 1989 a todos os professores indistintamente de 1.º a 8.º do 1.º e 2.º graus.

A lei aprovada naquela oportunidade discrimina esses trabalhadores que, durante todo um período de vida, 25, 30, 35 anos, estiveram no dia-a-dia da sala de aula garantindo a educação dos nossos filhos. Lamentavelmente a lei é discriminatória quando não dá a esses trabalhadores o direito de incorporação desse mesmo benefício dado ao pessoal da ativa, ou seja, aos professores que estão regendo sala, que estão trabalhando com aluno atualmente.

Vejamos aqui o que diz a nossa Constituição Estadual no seu art. 35: "O servidor público será aposentado:

§ 3º - Os proventos de aposentadoria ou inatividade, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade..." e esta parte, agora eu faço questão de pedir a atenção dos Senhores Deputados, porque é um direito previsto na

própria Constituição Estadual. "...sendo estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade".

Senão vejamos, Senhores Deputados: a lei aprovada e que garante o direito a esses trabalhadores da ativa atualmente, não está sendo estendida àqueles que já se aposentaram e o nosso projeto autoriza apenas o Governo do Estado a conceder a esses trabalhadores, o direito de terem o mesmo benefício estabelecido atualmente àqueles que se aposentarem após a vigência da lei. Devemos esclarecer mais ainda: hoje esse direito a incorporar a aposentadoria deste professor, ele só é válido quando esse trabalhador comprovar que ele atuou por tempo ininterrupto durante três anos consecutivos ou por cinco anos alternados, senão ele não leva esse direito à aposentadoria. Se o professor estiver fora das suas atividades de regência, ele não terá direito a incorporar esse benefício que lhe dará um ganho melhor, para que não se possa assistir ao que se está assistindo hoje a nível de INSS. O professor aposentado, o trabalhador aposentado, vivendo a humilhação, após tantos anos de vida, viver da humilhação, chapéu na mão, ter que mendigar um reajuste, a exemplo do que estão os aposentados deste País, requerendo nada mais nada menos, Senhores e dar a esses trabalhadores o direito que lhes está assegurado pela Constituição Estadual, que, muitas vezes, é definida com muita garra e com muita veemência quando não se reporta ao direito dos trabalhadores. Por isso, numa oportunidade passada, quando levantávamos a nossa preocupação com relação à educação, previsto na Constituição, nós dizíamos a respeito disso e encontramos sempre dificuldade em aprovar os direitos previstos para os trabalhadores, mas não encontramos dificuldades em aprovar nesta Casa os direitos que não são as garantias dos trabalhadores. Por isso, estamos encaminhando neste momento e temos certeza que este Plenário há de acolher a nossa iniciativa, concedendo aos nossos aposentados, esse direito de incorporação dessa gratificação pelo trabalho exercido. Não estou pedindo benesses, estou pedindo apenas a extensão de um direito que é assegurado hoje ao pessoal da ativa, ou àqueles que se aposentam na atual legislação e esses professores não têm assegurados os seus próprios benefícios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...Os

Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/91, de autoria do Deputado TOTI COLA-



ÇO, que autoriza o Poder Executivo Estadual a financiar em âmbito estadual, a construção de Núcleos Habitacionais no Sistema de Auto Construção. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 127, de 03.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 457/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, autoriza o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, a financiar a construção de Núcleos Habitacionais no Sistema de "AUTO CONSTRUÇÃO".

A iniciativa merece toda a atenção, pois o déficit habitacional é um dos mais graves problemas existentes no País, com milhões de famílias ao desabrigo, morando em favelas, mocambos e palafitas.

Neste sentido, propostas alternativas como a auto construção e mesmo o mutirão habitacional surgem como um caminho onde a ação do Poder Público somada ao trabalho e mobilização da comunidade pode-se enfrentar e minorar graves problemas como o habitacional.

A matéria é meramente autorizatória, não havendo em princípio qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Outrossim, dado o seu notório alcance social, é importante o prosseguimento do debate nas demais Comissões Técnicas e no Plenário.

Sendo assim, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 457/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei nº 457/91, ora sendo examinado por esta Comissão de Finanças, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Política Habitacional, a financiar a construção de Núcleos Habitacionais no sistema de "AUTO CONSTRUÇÃO".

A matéria reveste-se de prioridade e relevância, face ao alto déficit habitacional, constituindo-se a problemática num dos mais graves do País.

Nada tendo esta Comissão encontrado que inviabilizasse a normal tramitação da matéria ora proposta, e revestindo-se a mesma de um caráter meramente autorizatório, emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 457/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, iniciativa do nobre Deputado TOTI COLAÇO, propõe-se a autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria Especial de Política Habitacional, a financiar a construção de núcleos habitacionais, no sistema de "AUTO CONSTRUÇÃO".

No mérito, o projeto se ajusta à filosofia dos programas do Governo, e se conforma aos anseios de dirimir as deficiências que o setor apresenta.

O parecer, assim, é pelo acolhimento da proposição, em seu inteiro teor.

Sala das Comissões, em 07.11.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Em votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Projeto de nossa autoria, que viabiliza a construção da casa própria, em forma de auto construção, tem um sentido muito especial, tendo em vista que tivemos, alguns anos atrás, uma experiência no Município de Irati.

Este nosso Projeto fornece oportunidade para que as famílias mais carentes do nosso Estado, possam elas mesmas, construir as suas casas.

Temos o sistema financiado pela própria Secretaria Especial - o sistema mutirão, a casa-família. O próprio Governo Federal vem construindo núcleos habitacionais em todos os recantos do nosso Estado. Mas a Secretaria de Estado do Paraná da Habitação Especial, onde existe principalmente o "Projeto Mutirão", praticamente em todos os Municípios hoje já se levantam núcleos e casas, com a renda de até três salários mínimos.

O nosso Projeto é um pouco mais amplo, ele dá oportunidade para aquelas famílias que ganham de um a cinco salários mínimos. Também oferece oportunidade para que pos-

sam financiar a sua casa num todo ou em parte - vinte, trinta quarenta, cinquenta por cento, setenta ou até cem por cento - desde que, é claro, possa ser construída dentro de um loteamento. Pode ser em terreno público, como também em loteamento particular. É esta a nossa visão.

Existem muitos loteamentos, inclusive particulares, em que praticamente já foram vendidos os lotes e as famílias não têm como construir suas casas. Porque no sistema mutirão já começa o empecilho, já começam a aparecer as dificuldades. A família não pode ter um terreno no seu nome, um lote registrado em cartório, porque não entra no "Projeto da Casa da Família", da casa construída em forma de mutirão.

E existem loteamentos inteiros em que os proprietários já adquiriram o lote e não têm como entrar no projeto do programa de habitação da casa própria para viabilizar a sua própria construção.

Tivemos uma experiência em Irati que deu certo.

Espero que este Projeto possa ser aprovado aqui e que possa ser sancionado por sua Excelência o Senhor Governador. Porque, em se tratando de famílias que ganham até cinco salários mínimos e tomando, por exemplo, loteamento onde trinta, quarenta, cem ou duzentos lotes já são de propriedade dos adquirentes dos lotes, eles podem transferir os seus lotes para a Secretaria de Habitação Popular e pegar financiamento somente de cem por cento ou aquilo de que ele necessita para a construção de sua casa. Porque, nos financiamentos como se encontram hoje, e isso se tratando de loteamentos particulares - porque nos públicos, as Prefeituras entram com o lote - mas no particular, eles transferem e é financiado somente a importância que o cidadão, que a família financiou da sua própria casa. Não existe o trabalho, por exemplo, do custo da mão-de-obra. É a própria família que tem que construir a sua casa.

Lá em Irati foram construídas vinte e uma unidades desta forma. E foram projetos que tivemos o prazer e a felicidade de acompanhar. E hoje, como não existe o financiamento para quem ganha até cinco salários mínimos, é a grande oportunidade de o Paraná fornecer aos paranaenses - é claro, através deste Projeto de Lei sendo aprovado e sancionado por Sua Excelência o Senhor Governador - aquelas famílias que já têm os lotes e que já têm os terrenos e não podem construir as suas casas, financiando no todo ou em parte.

Por isto, gostaria de destacar o encaminhamento deste Projeto nosso e ter - é claro - o apoio dos ilustres Parlamentares que aqui se encontram presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/91, de autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que estende a alunos de estabelecimentos particulares de ensino, os direitos da Lei nº 7.102, de 15 de janeiro de 1979. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 133, de 15.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROTOCOLO: nº 10092/91

PROJETO DE LEI: nº 475/91

SÚMULA: Estende a alunos de estabelecimentos particulares de ensino, os direitos da Lei nº 7102/79.

AUTOR: Deputado Dobrandino Gustavo da Silva

P A R E C E R:

O autor propõe estender os benefícios da Lei nº 7102, de 15.01.79, aos alunos que frequentam os estabelecimentos particulares de ensino.

Esta lei supra mencionada garante a "segunda chamada" de exames ou avaliações a alunos da rede estadual de ensino, desde que a requeiram, no prazo de três dias da realização da primeira convocação, comprovando a ocorrência de doença, luto, casamento, convocação para atividades cívica ou judiciária, e ainda impedimento por princípio religioso.

A pretensão não fere nenhum dispositivo legal, e opinamos favoravelmente à sua tramitação e posterior apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI Nº 475/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, tem por finalidade estender aos alunos de estabelecimentos particulares de ensino, os direitos da Lei nº 7.102, de 15 de janeiro de 1979.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Educação,

Cultura e Esportes, não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, com apoio do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 475/91.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 475/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 108/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros), ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 141, de 29.10.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 490/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 108/91, o presente Projeto de Lei tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros), ao Orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme específica.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, a mesma encontra-se perfeitamente adequada, inexistindo qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos pela tramitação do presente e sua conseqüente apreciação FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARAES

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 490/91

Origem da Mensagem Governamental nº 108/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Governo Estadual, conforme específica.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da C.C.J. - Comissão de Constituição e Justiça.

Analisado por esta Comissão de Finanças, tendo em vista a perfeita identificação da fonte da qual o recurso suplementar será retirado, bem como a citação nominal onde os recursos requeridos serão alocados, vimos por bem em APROVAR, opinando pela apreciação FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.91.

(aa) MARIO BEZERRA

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### PROJETO DE LEI Nº 490/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 108/91, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00 (cento e trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil cruzeiros) ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, para atender despesas com desenvolvimento de projetos e pesquisas, realizações de eventos, cursos de extensão e especialização em Universidades e Faculdades Estaduais e a transferência de recursos ao Município de Paranavaí, visando a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

O Plano de Lei atende às disposições legais orçamentárias que regem a matéria, bem como o art. 135, V da Constituição Estadual, ao indicar como recurso para cobertura do respectivo crédito, igual importância proveniente do cancelamento de dotações do próprio órgão.

Posto isto, somos de PARECER FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 3092, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3078, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 3089, 3090, 3091, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3071, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3075, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3076, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3079, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3080, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3082, de autoria do

Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 3084, 3085, 3086, 3087 e 3088, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3093, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 071/91  
e dos Projetos de Lei n.ºs 232/91, 237/91, 400/91, 457/91 e 490/91.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 068/91  
e do Projeto de Lei n° 489/91.

Levanta-se a sessão.